

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

**Os Programas Especiais para o Nordeste;
o Projeto Sertanejo e o Núcleo
de Sumé - Paraíba**

GILVAN BRAZ DE MACÊDO

CAMPINA GRANDE — PB.

AGOSTO DE 1985

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

OS PROGRAMAS ESPECIAIS PARA O NORDESTE;
O PROJETO SERTANEJO E O NÚCLEO DE SUMÉ - PARAÍBA

GILVAN BRAZ DE MACÊDO

CAMPINA GRANDE - Pb.
AGOSTO DE 1985

GILVAN BRAZ DE MACÊDO

OS PROGRAMAS ESPECIAIS PARA O NORDESTE;
O PROJETO SERTANEJO E O NÚCLEO DE SUMÉ - PARAÍBA

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CURSO
DE MESTRADO EM ECONOMIA DA ⁰⁰ UNI
VERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, EM
CUMPRIMENTO À EXIGÊNCIA PARA OB
TENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ECONOMIA RURAL

NILSON ARAÚJO DE SOUZA
ORIENTADOR

CAMPINA GRANDE
AGOSTO DE 1985



M141p Macedo, Gilvan Braz de
Os programas especiais para o nordeste : o projeto sertanejo e o nucleo de Sume - Paraiba / Gilvan Braz de Macedo. - Campina Grande, 1985.
91 f. : il.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Economia Rural - 2. Projeto Sertanejo - 3. Dissertacao I. Souza, Nilson Araujo de, Prof. II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 338.43(813.3)(043)

OS PROGRAMAS ESPECIAIS PARA O NORDESTE;
O PROJETO SERTANEJO E O NÚCLEO DE SUMÉ - PARAÍBA

GILVAN BRAZ DE MACÊDO

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: ____/____/19__.

NILSON ARAÚJO DE SOUZA
ORIENTADOR

COMPONENTE DA MESA

COMPONENTE DA MESA

COMPONENTE DA MESA

CAMPINA GRANDE
AGOSTO DE 1985

S U M Á R I O

PÁGINAS

APRESENTAÇÃO03

INTRODUÇÃO06

CAPITULA I

1.1 REVISÃO DA LITERATURA12

1.2 NOVAS TENDÊNCIAS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: CONTEXTO HISTÓRICO16

CAPÍTULO II

2.1 INDUSTRIALIZAÇÃO: PANACÉIA PARA OS PROBLEMAS DO
NORDESTE27

2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS PARA O
NORDESTE SEMI-ÁRIDO33

2.2.1 POLONORDESTE34

2.2.2 PROHIDRO35

2.2.3 PROCANOR36

2.2.4 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA
DO NORDESTE38

2.2.5 PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE38

2.2.6 PROJETO NORDESTE39

2.2.7 PROJETO SERTANEJO41

CAPÍTULO III

3.1 JUSTIFICATIVA56

3.2	METODOLOGIA	57
3.3	NÚCLEO DE SUMÉ - PARAÍBA	58
3.4	C O N C L U S ã O	68
A N E X O S		73
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA		90

O Projeto Sertanejo, um dos programas especiais criados pelo Governo Federal, visando ao desenvolvimento econômico e social do Nordeste semi-árido, tem tido pouca repercussão social, uma vez que a população meta programada, a partir do diagnóstico efetuado, pouco usufrui dos benefícios propostos, pois uma minoria de proprietários é privilegiada e se enquadra na filosofia traçada. Este projeto estimula a criação de empresários rurais, capacitando-os a participarem do mercado consumidor de insumos agrícolas, de máquinas e equipamentos de origem industrial, garantindo a produção e fornecimento de matérias-primas. A ausência de dados estatísticos comprobatórios da extensão dos benefícios do Projeto Sertanejo aos trabalhadores sem terra, leva-nos a deduzir que ele se restringe tão somente aos proprietários de terra, marginalizando a maioria da população rural do Nordeste, particularmente, dos produtores encravados nas áreas periféricas aos núcleos implantados.

Esta dissertação, é o resultado de uma avaliação dos Programas Especiais criados para o Nordeste, e de uma pesquisa realizada no município de Sumé, no Estado da Paraíba. Fizemos, inicialmente, um levantamento da documentação relacionada ao programa a nível local e regional. A seguir utilizamos materiais referentes a visitas, pesquisas e entrevistas semi-estruturadas com pessoas residentes nos municípios que constituem o núcleo e são atingidas pelo projeto, bem assim com técnicos e funcionários executores desse núcleo. Após análise acerca do projeto, deduzimos que ele visa a proporcionar parte da ampliação do campo de inversão de capital; à expansão do mercado de produtos de origem industrial, bem como a criar condições de reprodução ampliada do capital com inovação de técnicas de pro-

dução, sem alterar a estrutura fundiária. Daí, a prática do Projeto Sertanejo, ajudado por outros programas, pode ser um dos motivos que contribuem com o processo de concentração fundiária no Nordeste, particularmente, na região dos Cariris Velhos. Finalmente, as reflexões que fizemos, levaram-nos a descobrir as contradições existentes entre os objetivos colimados nos documentos oficiais do Governo Federal e o que de fato se aplica na operacionalização prática, razão pela qual achamos que a solução definitiva para o desenvolvimento sócio-econômico da região em estudo, passa indubitavelmente por uma decisão de política nacional que contemple, especificamente, o Nordeste semi-árido, no contexto de uma decisão política global.

A presente dissertação é o resultado de reflexões que foram sendo amadurecidas à medida que passamos a entender com mais clareza a função do Estado na sociedade capitalista e as formas que ele toma, numa região, num país, etc.

Essas nossas reflexões dizem respeito à criação de Programas Especiais para o Nordeste, especificamente, da implementação do Projeto Sertanejo, como política de desenvolvimento sócio-econômico para o Nordeste semi-árido do Brasil. Nelas tentamos entender a relação existente entre a criação deste projeto e a conjuntura político-econômica brasileira, notadamente, a partir do início da crise do "milagre" brasileiro, na segunda metade do ano de 1974.

Entendemos o Projeto Sertanejo, não como um programa estanque, desligado do contexto geral da sociedade, mas como um instrumento criado pelo Estado para servir ao processo mais amplo da reprodução capitalista.

Trata-se de assunto relativamente novo do ponto de vista da produção de conhecimento, razão porque necessita de maior aprofundamento e de novas reflexões de estudiosos interessados no tema. Já dispomos de alguns documentos que fazem referência a este projeto, todavia com pouca contribuição. A Comissão Interministerial do Projeto Nordeste que elaborou "Novos Rumos para o Desenvolvimento Regional", faz alusão aos atuais Programas Especiais, entre eles ao Projeto Sertanejo, e ao Programa de Emergência, embora de pouca profundidade.

Outro documento acerca do Projeto Sertanejo é "O Poder dos Donos" - Planejamento e Clientelismo no Nordeste, do Professor Marcel Bursztyn, editado em 1984, que criticou o papel do Estado e a sua nova forma de atuação no Nordeste, notadamente,

a partir da crise do "milagre" brasileiro.

Tentamos dar uma visão mais ampla ao papel do Estado no Nordeste, através de análise desse Programa, à luz de dados mais concretos sobre a operacionalização do mesmo e do interesse em entender as suas formas de atuação, tais como: criação de crédito subsidiado, implementação de infra-estrutura de obras, assistência técnica, etc a fim de integrar parcela do setor primário nordestino, ao contexto geral do processo de acumulação de capital.

O Projeto Sertanejo e vários outros programas especiais, surgem coincidentemente a partir do ano de 1974, quando a economia nacional começa a experimentar perdas significativas das taxas de crescimento do produto interno bruto - PIB do Brasil, em relação ao período do "milagre" brasileiro.

Embora conscientes das limitações teórico-metodológicas, este estudo objetiva a dar uma visão mais ampla do que seja os Programas Especiais destinados ao Nordeste e qual a postura dos agentes governamentais frente aos seus múltiplos problemas.

Para sua elaboração, várias contribuições foram dadas, através de leitura de trabalhos, consultas de memórias e textos de vários pesquisadores preocupados com o desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste. Mas, em especial, devemos agradecer ao Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, Engenheiro José Osvaldo Pontes, que não mediu esforços para liberar recursos substanciais destinados a custear despesas, durante o período de nossa participação no mestrado de Economia da Universidade Federal da Paraíba, que ora concluímos.

A nossa gratidão ao Dr. Sebastião Vilar de Carvalho, Engenheiro Gerente do Núcleo do Projeto Sertanejo do Município de Sumé, ao Economista Manoel Carneiro por muitos dados

fornechos que valorizaram a pesquisa, bem como, aos funcioná-
rios do Núcleo em geral, pela prestimosidade no fornecimen-
to de dados estatísticos e informações técnicas indispensá -
veis à elaboração deste estudo.

Ao Professor Nilson Araújo de Souza, pela
contribuição prestada, tanto teórica como pessoal, durante o
desenvolvimento do trabalho, chamando-nos a atenção para a
abordagem de vários aspectos, principalmente para a perspecti-
va histórica, com relação à conjuntura político-econômica do
Brasil, levando-nos a refletir e a melhor compreender a liga-
ção existente entre o Projeto Sertanejo e o período do "mila-
gre" brasileiro, no contexto dos Programas Especiais criados
para o Nordeste semi-árido.

A todos os professores do mestrado, especifi-
camente, Ghislaina Duque, Paulo R. Campanário e Paulo Nakata-
ni e aos funcionários da Universidade Federal da Paraíba, Cam-
pus II, Campina Grande, que contribuíram, direta ou indireta-
mente, para a concretização desta dissertação, os mais since-
ros agradecimentos.

Temos a intenção de mostrar uma das formas de intervenção do Estado na economia agropecuária do semi-árido nordestino a partir da análise dos programas especiais e dos projetos de obras contra as secas, criados para essa região.

Essas políticas dirigidas a uma pequena parcela da população, vem priorizando de diferentes formas e em regiões específicas, o processo de reprodução capitalista, aumentando assim os problemas sociais, pelas razões que se seguem: a essência desses programas é a introdução de modernas técnicas agrícolas que tendem a beneficiar apenas um pequeno número de proprietários médios, deixando à margem, os pequenos proprietários e o trabalhadores sem terra (posseiros, ocupantes, assalariados).

As técnicas modernizantes no campo, propiciam a que algumas regiões passem a utilizar máquinas e equipamentos modernos, fertilizantes, defensivos, híbridos, sendo a maioria de origem industrial.

Pelas razões expostas, essas técnicas adotadas no meio rural podem encontrar barreiras, no futuro próximo, por parte dos produtores que não participam dos frutos dessa modernização, por se constituírem maioria marginalizada. Quais podem ser os motivos básicos destas barreiras por parte dos produtores rurais? primeiro, porque essa classe já está orientada através dos sindicatos rurais, partidos políticos, associações, igreja, sobre a questão agrária brasileira, de que a modernização da agropecuária nos moldes como estão se dando no Brasil, tende logicamente a privilegiar uma pequena parcela da população, em detrimento de uma maioria esmagadora. Segundo, porque grande parte da riqueza gerada no campo, fruto do trabalho camponês, é transferida para

outros setores produtivos que em nada tem contribuído com a economia rural do pequeno proprietário e do produtor sem terra.

No Nordeste, essa política de modernização no campo, começa a ser desenvolvida, basicamente, nos fins dos anos sessenta, tendo-se intensificado ainda mais a partir de 1970.

"O início dos anos 1970 marca a retomada, pelo poder central, dos instrumentos de intervenção no Nordeste, ao mesmo tempo que se caracteriza uma mudança no comportamento das instituições encarregadas da questão das secas".¹

O processo modernizante do meio rural do Nordeste, além de implicar abertura da economia rural nordestina ao grande capital nacional e estrangeiro, obriga a que o Estado coloque as instituições a seu serviço, concedendo incentivos creditícios e fiscais, estimulando a criação de cooperativas e a construção de obras de infra-estrutura (rodovias, ferrovias, grandes barragens). Ou seja, são recursos públicos de programas de desenvolvimento social (Plano de Integração Nacional - PIN, PROTERRA, FINSOCIAL) que se dirigem a programas especiais de pouca repercussão social no tocante à maioria da população menos favorecida.

Todos os Estados nordestinos, do Maranhão ao Norte de Minas Gerais, são contemplados com esses programas. O Projeto Sertanejo, nosso objeto de estudo, representa uma ação mais dinâmica para o semi-árido do Nordeste, por estabelecer diretrizes que, se fossem aplicadas integralmente, além de contribuir com o nível tecnológico e cultural dessa região, poderiam resolver uma série de problemas econômicos e sociais, como por exemplo: tornar a economia regional mais resistente aos efeitos das secas; gerar mais emprego direto e indireto; estimular a criação de maior número de empresários rurais; estimular o mercado de bens de consumo necessário; garantir o fornecimento de matérias-primas de baixo custo para as populações pobres e para as agroindústrias instaladas na periferia e

1. BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos - Planejamento e Clientelismo no Nordeste - R. de Janeiro - Vozes - 1984 - p.80.

melhorar a estrutura fundiária. O problema que sempre ocorreu no semi-árido foi que surgiram vários programas com abordagens das mais promissoras, mas na prática são desviados dos objetivos planejados, a exemplo do que ocorre com o Projeto Sertanejo, criado pelo Decreto 78.299, de 23 de agosto de 1976, que estabeleceu o seguinte: " A criação do Projeto Sertanejo visa a organizar e reorganizar as unidades produtivas a fim de assegurar ao processo de produção, o nível de emprego no meio rural e, com isso, reduzir as repercussões sociais; dar aos imóveis rurais um padrão produtivo e de emprego semelhantes aos dos perímetros irrigados; dar às propriedades, dotando-as de infra-estrutura; desenvolver modernas técnicas agrícolas e estimular os produtores rurais do semi-árido a se associarem às cooperativas com o fim de assegurar o apoio às suas atividades agropecuárias" .²

Alguns desses objetivos estão sendo atingidos mas em relação à magnitude dos grandes problemas sociais acumulados ao longo de vários anos, como o desemprego no campo, o aumento da concentração fundiária, tais programas estão tendo pouca significação.

Partindo dessas indicações preliminares, formulamos o conteúdo desta dissertação, na tentativa de mostrar como e quando surgiram os Programas Especiais para o Nordeste, e em particular o Projeto Sertanejo, quais os motivos que contribuíram para a sua criação e qual a população meta do meio rural que ele irá atingir. Além do que, analisamos em particular, o Projeto Sertanejo implantado no município de Sumé, na Paraíba, visando mostrar os efeitos sócio-econômicos que vem provocando, sua ligação com a região e com a economia nacional, num nível mais amplo. Nessa análise, pretendemos investigar apenas alguns pontos fundamentais no contexto histórico da criação desse programa julgados como uma possível forma alternativa para o Nordeste, visando a criação de mecanismos de superação da crise da economia agropecuária nordestina.

2. MINTER/SUDENE - Projeto Sertanejo - Objetivos e Concepções do Programa - Recife - Pe. - 1977 - p.15.

Apesar destas questões serem consideradas fundamentais, estamos conscientes de que este não significa um trabalho acabado. Temos a intenção de alinhar pontos para exercício de reflexão que, certamente, servirão a outros interessados na questão para uma análise mais acurada.

As análises e conclusões aqui incorporadas podem servir de instrumento que levem as autoridades brasileiras à correção de erros cometidos, assim como formulação de política governamental capaz de observar o cumprimento dos programas criados para o Nordeste e daí criar condições objetivas que beneficie a maioria da população rural dessa região, até então à margem do desenvolvimento.³

Partimos de um referencial teórico que nos possibilitasse compreender as transformações introduzidas no meio rural do Nordeste e que nos desse clareza sobre o papel do Estado e a função que ele vem assumindo ao longo do tempo, com a criação de programas especiais em geral, e do Projeto Sertanejo em particular. A ação estatal no Nordeste, é vista nesta dissertação, como uma das formas de patrocinação do processo de reprodução de capital a partir da modernização tecnológica no meio rural dessa região.

Baseando-nos nas informações obtidas, definimos como objetivo geral deste estudo, verificarmos em que medida a implantação do Projeto Sertanejo responde às necessidades gerais do processo de reprodução capitalista, no momento de crise da economia nacional.

Como objetivo específico procuramos explicar o nível de dominação do capital na economia agropecuária do Nordeste, ou seja, como o Estado vem patrocinando a reprodução capitalista com a criação de programas especiais, a exemplo do Projeto Sertanejo; a repercussão econômico-social do Projeto Sertanejo nos municí

3. De acordo com a pesquisa realizada no Núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé, nenhum proprietário com área inferior a 30 hectares, bem como nenhum produtor sem terra recebeu benefícios do mesmo. Mais de 70% dos proprietários da região abrangida, não dispõe de propriedades com áreas superiores a 30 hectares portanto não

pios que constituem o Núcleo de Sumé; até que ponto os objetivos traçados estão sendo alcançados e quais os efeitos positivos e negativos.

A introdução de tecnologia moderna no meio rural visa a acompanhar o movimento geral de elevação dos fatores de produção. Tal constatação nos leva a formular as seguintes hipóteses:

1. expansão do campo de inversão para o capital que durante o momento de crise se defronta com problemas de valorização;
2. ampliação do mercado de produtos industriais, que diante do processo de recessão da economia nacional, cria condições para acumulação e reprodução em outro setor da economia;
3. a introdução de tecnologia moderna no meio rural pode gerar conflitos sociais, mesmo que não provoque mudanças profundas na estrutura fundiária.

O Projeto Sertanejo analisado adiante com mais profundidade, enquadra-se nesta filosofia de atendimento dos requisitos acima explicitados como hipóteses. A especificidade da região Nordeste, que ora se agrava por fortes enchentes, ora por longos períodos de seca, impõe especificidades também nos objetivos e resultados na política de modernização agrícola adotada. As forças produtivas acumuladas no Nordeste, além de estarem sendo destruídas pela crise econômica que se abate sobre o país, ainda estão sendo devastadas pela natureza, com surgimentos alternativos de longo período de seca e curto período de grandes cheias.

A intervenção do Estado nessas circunstâncias, busca, além de criar condições de superação da crise geral de acumulação de capital, preservar as forças produtivas e amainar as tensões sociais no Nordeste.

Portanto, o Projeto Sertanejo é mostrado aqui, como parte da política geral criada para o Nordeste, a partir sobretudo

3. bem nenhum benefício desse programa especial criado para a região.
Fonte: Censo Agropecuária da Paraíba - IBGE - 1980.

de 1974, e visa a servir de colchão amortecedor dos conflitos sociais no campo, e a criar condições alternativas para superação da crise de acumulação de capital, com introdução de modernas técnicas agrícolas. Referidas técnicas modernizantes, visam a reforçar a estrutura dos programas já existentes (Perímetros Irrigados, Polonordeste, etc), na tentativa de adiar por algum tempo, a implantação de uma política que provoque mudança estrutural no campo, tão necesária ao semi-árido do Nordeste.⁴

4. BURSZTYN, Marcel, Op. Cit., p. 108.

C A P I T U L O - I

Antes de entrarmos na análise do processo de intervenção do Estado na economia rural do Nordeste semi-árido, necessitamos referendar alguns escritos notáveis sobre o papel do Estado na economia burguesa. Não temos intenção alguma de discorrer sobre uma teoria do Estado, todavia, para melhor esclarecer aos leitores sobre esta pesquisa, a ação intervencionista do Estado é o produto do antagonismo das classes sociais, com relação aos interesses econômicos de cada uma delas. Ele aparece sempre quando elas se conciliam, e, pela própria natureza dos interesses contraditórios inconciliáveis, o Estado aparece sempre como moderador dos conflitos e nisso consiste a sua existência. Todas as passagens em leituras efetuadas sobre as obras de Marx e Engels, pelo menos as mais essenciais que tratam do papel do Estado, devem ser entendidas com as mais cuidadosas reflexões, para que se possa ter uma idéia pessoal firme e segura sobre tal questão. Começamos pela obra de Engels que se popularizou pela sua riqueza de conhecimento e sabedoria acerca do tema:

"O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior à sociedade. Não é também, a realidade da idéia moral, a imagem e a realidade da razão, como pretendia Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a condição de que essa sociedade se embarracou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não se pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entrederrassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sente-se a necessidade de uma força que se coloque aparentemente acima da sociedade, com

o fim de atenuar o conflito nos limites da ordem. Essa força que sai da sociedade ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado". 5

O Estado materializa os interesses das classes dominantes uma vez que, historicamente, tanto na época do escravagismo, como do feudalismo, o Estado sempre se colocou contra os escravos e os servos, em favor dos senhores de escravos e dos senhores feudais. Já no Estado de modo de produção capitalista criaram-se e recriaram-se novas formas de exploração da força do trabalho em proveito da burguesia.

O Estado representa a classe dominante e garante o seu domínio sobre as demais classes, quando se torna necessário as segurá-lo. O caráter de classe do Estado se revela também, na existência dos aparelhos repressores e ideológicos e ainda, na postura que ele assume diretamente no setor produtivo, criando e recriando condições para a acumulação capitalista.

Quando, em momento específico e histórico o capitalismo sofre crise em determinado setor, ele intervém diretamente. Essa intervenção se dar, via de regra, através de gestões no setor produtivo, realização de investimento, que em situações normais se riam patrocinados pelo setor privada, etc.

O Estado ainda intervém através da criação de "obras sociais" capazes de reduzir os custos de reprodução da força do trabalho e de garantir elevação da taxa de lucro, na esfera de produção. Tais obras servem de colchão amortecedor das lutas trabalhistas (greves, paralizações, protestos públicos) organizadas nos sindicatos, nas federações, nas associações, etc.

Os capitalistas detentores dos meios de produção, em causa comum com o Estado burguês, diante de crises sociais gera

5. ENGELS, Friedrich, A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado - Stuttgart, 1894, 6ª Ed. - p. 08/09.

das estritamente por fatores de ordem econômica e política e, diante dos movimentos populares de reivindicações concretas, passam a fazer algumas "concessões" aos trabalhadores, tanto no meio rural como no meio urbano. No meio rural, quando existem focos de tensões sociais, o Estado patrocina, através de seus órgãos de colonização, distribuição de glebas de terra; estimula a criação de cooperativas e de outros órgãos paliativos, a fim de escamotear a questão fundamental do meio rural, que é a questão da terra, da estrutura fundiária e da subordinação do homem ao processo de acumulação de capital.

Quanto à população trabalhadora do meio urbano, os proprietários dos meios de produção, em dados momentos, negociam a elevação dos seus salários em condições mais favoráveis, mas, caso os Sindicatos e as Federações não concordem em tais condições, contam com o apoio do Estado, no acionamento dos tribunais de que dispõem em seu favor. O Estado permite o aumento da jornada de trabalho ou a intensidade de trabalho ou ainda, permite a que o aumento dos custos operacionais provenientes de uma "melhora" do salário do trabalhador seja repassado ao consumidor final através do aumento de preço das mercadorias. Além dessas "vantagens" concedidas, o aumento dos salários se verifica muito abaixo do aumento do custo de vida, empobrecendo o trabalhador brasileiro, pela redução acelerada do seu poder de compra.

Essas formas utilizadas pelos capitalistas, apesar de serem aparentemente contraditórias, por algumas "concessões" dadas aos trabalhadores, são inerentes à forma de acumulação. Pois, mesmo com a distribuição isolada de terra, com a criação de cooperativas, com subsídios e incentivos, com "melhorias" salariais, estes continuam com a orientação e controle do capital. Daí a superexploração da força do trabalho, que implica a maior apropriação do trabalho excedente.

Verifica-se que o caráter de classe do Estado, num

país de produção capitalista, explica-se a partir do processo de produção social, que envolve, concomitantemente, aspectos econômicos, políticos e sociais. O Estado sempre exerce o papel fundamental, tanto através de favorecimentos fiscais e tributários, como de políticas de proteção alfandegária e de patrocinação de investimentos de infra-estrutura, em favor da classe dominante.

Marx assinalou na sua obra *O Capital*, quando refletia sobre o caráter do Estado e o estudo do desenvolvimento histórico da sociedade, o seguinte:

"Em parte, estes métodos se baseiam como ocorreu no sistema colonial, na mais avassaladora das forças. Porém, todas elas se valem do poder do Estado, da força concentrada da sociedade para acelerar a passos agigantados, o processo de transformação do regime capitalista." 6

A história do capitalismo tem mostrado que é a partir de suas próprias contradições internas que a intervenção do Estado aparece de forma mais ampla e das mais diferentes maneiras, pois foi a partir da crescente dimensão que tomou o capital, que o Estado ampliou suas formas de atuação. Além de favorecer e propiciar a reprodução do capital, ele cria mecanismo que amenizam as contradições básicas existentes e imanentes na relação capital trabalho. O Estado que aparentemente se coloca acima das classes sociais, na essência exerce o papel de defensor da classe burguesa, a fim de garantir o domínio dessa classe sobre as demais e, com isso garantir a manutenção das relações sociais de exploração. Nesse sentido Freire (1980) se expressa:

" O Estado exerce um papel fundamental na manutenção da sociedade capitalista, daí a tendência ao re

6. MARX, Karl. *O Capital*, Tomo I, 1973, P. 629

forçamento do aparelho de Estado que se observa em toda parte. E quanto mais profundas forem as contradições no interior da sociedade capitalista, maior será a tendência ao reforçamento do aparelho do Estado".⁷

1.2 - Novas Tendências da Política de Desenvolvimento Regional: Contexto Histórico.

A partir da seca de 1970, no Nordeste semi-árido é marcado um momento importante para a economia regional. As novas tendências de desenvolvimento do Brasil, simbolizadas pela Transamazônica e pelo Proterra, têm suas origens na ocorrência da seca e na crise da produção gerada por ela.

Diante disso, observa-se a necessidade de ajustar os objetivos das políticas regionais aos requisitos do desenvolvimento nacional, ou seja, surgiu a necessidade ainda maior de integrar o processo de produção capitalista ao Controsul do país, razão por que seriam necessários diretrizes com respeito a essa meta. As indicações no programa Estratégico de Desenvolvimento - PED já recomendavam tais ações.

Segundo alguns autores, as políticas novas que se implementaram no Nordeste a partir dos anos setenta, marcaram a quase completa marginalização da principal instituição encarregada e preparada para desenvolver esses programas no Nordeste, que era a SUDENE. Qual a razão dessa marginalização? Encontramos em Maranhão (1984) a resposta a esta questão. "Primeiro porque as forças políticas interessadas em fomentar a criação de um mercado consumidor de produtos industriais no Nordeste e de um mercado fornecedor de matérias-primas de baixo custo às indústrias, argumentavam

7. FREIRE, Paulo. Multinacionais e Trabalhadores do Brasil, 3ª ed. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1980 - p.59.

que a Sudene havia sido extremamente lenta em reconhecer o estado de emergência que a falta de chuva - ou sua irregularidade - havia criado durante o inverno de 1970 nas zonas semi-áridas do Nordeste. Segundo, porque ficou evidenciado que a Sudene não estava equipada tecnicamente ou de qualquer outro modo - para a eventualidade da seca. Finalmente, por causa da repetição no Nordeste da mesma situação de secas anteriores: o Governo teve de recorrer a medidas assistenciais de emergência e de empregar milhares de trabalhadores rurais em obras públicas, algumas de duvidosa utilida-de econômica".⁸

Portanto, as críticas acirradas ao papel da Sudene e os reflexos da seca de 1970, fizeram com que, no contexto dessa situação, o Governo Federal criasse uma nova política de desenvolvimento regional do Nordeste. Deu-se aí, inicialmente a criação de programas gigantescos como o Plano de Integração Nacional - PIN, Proterra e Provale. O Programa de Integração Nacional - PIN visa basicamente à construção da Transamazônica e da rodovia Cuiabá-Santarém, além da criação de projetos de colonização de áreas marginais a essas grandes rodovias e da implantação, no Nordeste, de projetos de colonização dos vales úmidos e da política de irrigação.

Com relação ao PROTERRA e PROVALE, embora o enunciado desses dois programas tenha sido a integração nacional, na prática objetivaram o desenvolvimento planejado da produção agrícola e pecuária no Nordeste, ou seja, a integração geo-econômica do Nordeste ao Centrosul do país, atrelando essa região ao contexto nacional e estrangeiro da reprodução capitalista, em caráter mais amplo.

Essas políticas de desenvolvimento regional, além do caráter de integração econômica do Nordeste ao Centrosul e ao capital estrangeiro, não descartavam a possibilidade de a-

8. MARANHÃO, Silvio. A Questão Nordeste; Estudos Sobre Formação Histórica, Desenvolvimento e Porcessos s Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p.95.

mainar as tensões sociais, no campo, a partir da crise da seca de 1970, que gerou fome e desemprego no campo. Então, a intenção fundamental da criação desses dois programas, era estimular o desenvolvimento de novas atividades agrícolas e pecuárias, na tentativa de reduzir as pressões demográficas registradas no Nordeste, causadas pelas secas.

Finalmente, a partir do ano de 1974, coincidindo com o ano em que se verificou a crise do "milagre" brasileiro, foi dada uma nova orientação para a política de desenvolvimento regional do Nordeste, em que a Sudene é novamente chamada formalmente a essas atividades, "através da substituição do IV Plano Diretor pelo Plano de Desenvolvimento Regional".⁹

No bojo desse plano, foram criados pelo Governo Federal, vários programas especiais, em atendimento à exposição de motivo interministerial, como o Polonordeste, em 1974; o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria, em 1974; o Projeto Sertanejo, em 1976; o Prohidro, em 1979; o Procanor, em 1980 e por último, o Projeto Nordeste, em 1984. Todos esses programas especiais persistem até hoje (maio de 1985), como orientação básica de novas políticas de desenvolvimento do Nordeste. Diante disso, infere-se que todos esses programas, deixaram de ser tratados de forma diferenciada; todavia, a partir de 1974, estão consolidados no Sistema Nacional de Planejamento e obedecem às decisões do centro mais dinâmico do desenvolvimento capitalista nacional.

No capítulo seguinte analisamos cada um desses programas de forma mais detalhada, na tentativa de mostrarmos a inter-relação entre eles, a superposição de atividades e os objetivos estabelecidos por cada um, nos documentos oficiais que os criaram. Dentro dessa perspectiva, é possível avaliarmos as "distorções" entre os objetivos programados e os resultados atingidos na prática,

9. Ibidem, p. 96.

tanto pela SUDENE, como pelos outros órgãos regionais de desenvolvimento do Nordeste.

O estudo dos Programas Especiais criados pelo Governo Federal para o desenvolvimento do Nordeste, em particular o estudo do Projeto Sertanejo, exige a compreensão do contexto histórico da política econômica geral do País. Pois, como meios, esses programas estão inseridos na dinâmica geral da economia brasileira e fazem parte do corpo de medidas desenvolvidas pelo governo, no Nordeste. Assim, neste capítulo procuramos destacar elementos característicos do período mais recente, bem como certos aspectos teóricos que servem de base para a nossa análise.

Mudada a política para o Nordeste, sobretudo a partir do ano de 1970 e depois com novas medidas complementares, a partir de 1974, através da criação de novos programas, configurou-se novo pacto de poder, cujo objetivo básico, é a realização do "desenvolvimento" nacional concedendo ainda mais, abertura da nossa economia aos interesses do capital estrangeiro. O regime militar que se implantou em 1964, diante das amplas mobilizações populares, da resistência de setores classistas organizados, de pronunciamentos contrários de parcela da classe média e da burguesia nacionalista remanescente, em relação à abertura desvairada da economia nacional aos interesses estrangeiros, somente veio a se consolidar no ano de 1968, com a aplicação de atos institucionais de exceção, que excluía das grandes decisões políticas e econômicas, os segmentos populares organizados da sociedade civil brasileira. O ano de 1968 culminou com o início do propalado "milagre" brasileiro, de que já falamos anteriormente.

No ano de 1970, portanto no auge do "milagre", o Governo Federal mobilizava os seus instrumentos de ação repressora e o aparelho ideológico, visando à implementação prática do modelo econômico forjado pelos tecnocratas da política econômica

do Brasil, naquela época. Tal política visava à integração planejada da economia nordestina ao Centro-Sul do País, que se integrava aos monopólios estrangeiros. No bojo desses grandes Programas são criados os especiais para o Nordeste. Recomendados de cima para baixo, pelas cúpulas políticas e pelos tecnocratas, com apoio do regime militar em vigência, deixaram de contemplar os segmentos mais interessados, como as associações de moradores, os Sindicatos Rurais e Urbanos, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, as Federações de Trabalhadores, etc. Razão porque, os problemas sociais e econômicos do Nordeste, em relação ao Centro-Sul, tendem a aumentar, ao longo dos anos. Tais programas acima referidos, visam integrar a economia nordestina aos monopólios nacionais e estrangeiros tocante ao processo de acumulação de capital, sem mexer com profundidade na estrutura pré-existente, consequentemente, sem solucionar os graves problemas sócio-econômicos acumulados há dezenas de anos. A tentativa de "resolver" os problemas do Nordeste, via Programas Especiais, vem causando grandes prejuízos aos trabalhadores e pequenos empresários do campo e da cidade, em face da política de proteção governamental aos grandes grupos econômicos e de ações discriminatórias em benefício de uns poucos.

Portanto, o "milagre" brasileiro, tão divulgado pela imprensa burguesa nacional e estrangeira e pelos economistas apologeticos, como um sucesso do modo de produção capitalista, na realidade significou um milagre das classes trabalhadoras em geral e de parcela dos pequenos e médios empresários nacionais, terem sobrevivido. ¹⁰

A reanimação da economia brasileira naquele período, deu-se muito mais pelos mecanismos adotados pelo Estado, as

10. O período do "Milagre" divide-se em duas fases. A primeira de 1968 a 1970 (primeiro semestre) em que o Produto Interno Bruto - PIB do Brasil cresceu a taxa de 10% ao ano. O segundo período foi de 1970 a 1974, em que o PIB do Brasil, cresceu a taxas de 13% ao ano.

SOUZA, Nilson Araújo de, In Crises Y Lucha de Clases en Brasil, México, D.F. julho/1980, P. 263.

sociados à grande burguesia, do que pelo dinamismo livre da economia de mercado. Além dos mecanismos já citados, podemos acrescentar o desmantelamento dos sindicatos e organizações populares, controle de preços agrícolas, liberação dos preços dos produtos industriais, etc.

Diante de tantas facilidades para investimentos do grande capital, e levando em consideração ainda que o Estado preparava, desde o início dos anos cinquenta, toda infra-estrutura de transporte, energia, comunicação, construção de grandes barragens, e ainda da existência, no Brasil, de um parque industrial construído na mesma década, com grande percentual de capacidade ociosa, a burguesia passou a atuar fundamentalmente na área direta da produção industrial de bens de luxo e de bens de capital, e na área especulativa do capital financeiro, já que os investimentos de infra-estrutura de produção, diante das falências dos pequenos e médios empresários nacionais, eram adquiridos pelos grandes grupos estrangeiros. De certo modo, isso veio contribuir para a elevação do potencial de produção e produtividade, como também do potencial de acumulação de capital em setores específicos da economia, uma vez que a ação combinada de vários fatores, materializada na elevação da taxa geral de lucro permitia a reanimação da economia com rápida concentração e centralização de capital que se denominou "milagre" brasileiro, período em que registrou-se uma grande entrada de capital estrangeiro em nosso país.

Nesse sentido, o professor Nilson Araújo faz a seguinte afirmação:

"Isto tem a ver com a forma de integração da economia brasileira ao sistema capitalista internacional, ao imperialismo. A penetração massiva de capital estrangeiro registrada a partir de 1968 permitia de um lado, e exigia de outro, a importação de máquinas, equipamentos e insumos básicos, desde as matrizes".¹¹

Ou seja, a expansão interna da produção de bens de capital no Brasil até o início do "milagre" brasileiro (1968), era de

11. Ibidem. n. 275

pouca significação. Parte da burguesia nacional através da abertura da economia ao capital estrangeiro, encontrava mecanismos de articulação com os monopólios externos, visando a formas que possibilitassem expandir a importação de bens de capital e com isso garantir a manutenção da elevação da taxa de lucro.

A partir de 1971, as importações de bens de capital cresceram consideravelmente, em relação a recentes períodos anteriores.

"De 1969 a 1970, as importações brasileiras cresceram em 22,7% ao passo que, de 1971 a 1974, as importações de bens de capital cresceram na ordem de 36,4%. Por outro lado, as compras internas de bens de capital de origem nacional apresentaram um percentual de crescimento muito inferior, nesses mesmos períodos. De 1969 a 1970, a produção de bens de capital cresceu apenas 11% ao ano. No período de 1971 a 1974, o crescimento foi de 16%".¹²

Por outro lado, a agricultura brasileira e o seu nível tecnológico, que até o fim dos anos sessenta vinha cumprindo o seu papel no contexto global da acumulação capitalista nacional, foi chamada a imprimir novas técnicas de produção, uso de insumos químicos, de máquinas e equipamentos modernos, daí a criação e execução de vários programas especiais para o Brasil e para o Nordeste, a partir, sobretudo, de 1970. Essa postura faz parte do novo ciclo modernizante do capital, no Brasil, e da necessidade de buscar na economia agropecuária, alternativas para a reprodução capitalista.

A produção agrícola de nível tecnológico "atrasado" revelava que a agricultura não estava integrada ao processo de produção capitalista ao nível nacional. Portanto, era necessário a adoção de produção moderna voltada para o mercado de produtos de origem industrial e de produtos agrícolas não alimentícios, como adubos químicos, defensivos, etc.

A par desse estágio de desenvolvimento da agricultura

12. Idem, Ibidem, p. 274.

ra brasileira, novas políticas foram implementadas, com as seguintes argumentações: 1) as técnicas agrícolas empregadas no meio rural brasileiro, comparadas ao nível tecnológico geral de outros setores da economia, passavam a ser incompatíveis, naquele momento, ao processo geral de reprodução capitalista e por isso, a agricultura teria de cumprir o papel de instrumento acumulador, a taxas de lucro mais satisfatórias; 2) se não contribuía satisfatoriamente em relação a outros setores da economia, necessitava modernizar-se a fim de atrair novos investimentos; 3) a agricultura teria de cumprir o seu papel de estimulador à criação de mercado de produtos, máquinas e equipamentos industriais, por um lado, e fornecedor de matérias-primas para as agroindústrias que propiciassem redução dos custos operacionais e do custo de reprodução da força do trabalho, por outro, implicando o aumento da taxa de lucro da burguesia nacional e dos monopólios estrangeiros.

A produção agrícola alimentar, que no Brasil se origina basicamente do pequeno produtor rural, sofre grandes prejuízos, além da política de preços mínimos, a nível de produtor, levada a efeito pelo Governo Federal, não corresponder à realidade, as concessões de incentivos fiscais e financeiros não atingem satisfatoriamente à maioria. Por essas razões, entre outras, o pequeno produtor não tem meios de modernizar as suas unidades produtivas, o que resulta o declínio progressivo do nível de produção e de produtividade, na perda gradativa dos seus meios de produção, na redução da oferta de alimentos que implica o aumento dos preços desses produtos, motivando inevitavelmente, inflação de oferta, no País e no Nordeste. Esse é o quadro da economia agrícola, notadamente, no período autoritário, ou seja, de 1964 a março de 1985.

Diante dessa situação, tanto sofre o setor de produção de bens de consumo necessário, de origem agrícola, como o setor de produção de bens de consumo necessário, de origem industrial. Todavia, grosso modo, isso até parece contraditório, do ponto de vista da ótica capitalista. Mas, está intimamente ligado ao plano econômi-

co montado, a partir do ano de 1970, que consistiu em integrar setores específicos da economia brasileira aos interesses da grande burguesia nacional e ao capital estrangeiro, penalizando a maioria do povo brasileiro, inclusive levando à falência, concordata e perda de suas propriedades rurais e meios materiais de produção, milhares de pequenos empresários e produtores sem terra.

No tocante à classe trabalhadora, verifica-se, sobretudo, a partir de 1970, um grande rebaixamento salarial que torna incompatível a sua sobrevivência e a garantia de reprodução da força de trabalho de sua família. O trabalhador, sobretudo do campo, se obriga, ora a trabalhar mais intensamente para produzir mais, numa jornada de trabalho fixa, ora se obriga a incorporar membros da família ao mercado de trabalho, visando a complementar a renda familiar necessária à sobrevivência. Todavia, isso não significava aumento da renda familiar, uma vez que, com a política de "arrocho" salarial, a renda real do trabalhador tendia a se reduzir cada vez mais. Os salários pagos às mulheres e aos filhos de menor idade, eram sempre abaixo do valor do salário mínimo oficial do trabalhador adulto masculino. Essa foi outra alternativa utilizada pela burguesia nacional e estrangeira e imposta às classes menos favorecidas, principalmente no período do "milagre", quando os grandes proprietários rurais optavam com frequência pela contratação de mão-de-obra em caráter temporário, como forma de se livrarem das pressões dos sindicatos rurais e do cumprimento dos direitos trabalhistas. Somente na época do pique das atividades vitais na agropecuária se contratavam trabalhadores como assalariados eventuais, sem o devido pagamento de obrigações sociais pertinentes ao vínculo empregatício.¹³

13. No Brasil, em 1972, havia 6 milhões e 845 mil trabalhadores assalariados temporários, contra 975 mil trabalhadores permanentes. Os trabalhadores permanentes em 1967 somavam 1 milhão e 400 mil, enquanto em 1972, esse número se reduziu para 975 mil.

Fonte: GUIMARÃES, Alberto Passos. Agricultura e Complexo Agroindustrial. Revista Opinião, novembro de 1975, p. 8.

A modernização no campo, nos moldes capitalistas, além de destruir a produção familiar camponesa, despoja a maioria dos produtores rurais dos seus meios de produção, transformando-os em trabalhadores assalariados no campo e nas cidades.

Por não estarem preparados para exercer certas funções especializadas no meio urbano, e em razão de o mercado de trabalho não absorver toda a mão-de-obra excedente no campo, transformam-se em marginais que se aglomeram em favelas das periferias das cidades, em péssimas condições de vida. Por outro lado, se constituem numa grande reserva de mão-de-obra que do ponto de vista do capitalismo, favorecem à compressão salarial para baixo e com isso reduz a competitividade do trabalho e os custos operacionais no setor de produção industrial e de serviços.

Portanto, mesmo com uma grande expansão do capitalismo no campo, registrada no período do "milagre", em que as relações de produção foram significativamente modernizadas e se registraram elevadíssimas taxas do Produto Interno Bruto - PIB do Brasil, com uma contribuição do setor agrícola e pecuário nacional, a crise que se abateu no capitalismo internacional, sobretudo na década de setenta, trouxe reflexos negativos para o Brasil, uma vez que a economia brasileira, pelo seu grau de dependência, estava intimamente legada aos interesses hegemônicos do capital estrangeiro. Houve então, transferência de crise pois, a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, com participação e favorecimentos do Estado, a partir do curto período de maturação desses investimentos modernizantes no campo e nas cidades, o capital estrangeiro passa a controlar o mercado interno e determinar a nossa forma de organização da produção. Esse controle é mais forte na área de produção industrial e no setor financeiro. O Brasil que há pouco tempo tinha impressionado o mundo, com obtenção de elevadas taxas de crescimento do seu Produto Interno Bruto em um período curto, passa do denominado "milagre" brasileiro, para registrar uma grande crise do "milagre", crise essa que se mantém até os dias atuais.

Além do que antes se expõe, outro reflexo negativo para os países dependentes, a exemplo do Brasil, é que o controle exercido pelo grande capital, notadamente em épocas de crise, implica quase sempre, a elevação dos preços dos bens de capital e de bens de luxo, que garantem aos grupos monopolistas, maior taxa de lucro nas filiais, compensando as perdas registradas nas suas matrizes, todavia, isso só é possível ocorrer na prática, se as autoridades políticas e econômicas não se manifestarem contra essas gestões prejudiciais ao país, em favor da pátria e do seu povo.

Registrada a crise do "milagre", com a economia nacional atingindo nível zero de crescimento, elevado índice de desemprego, miséria e violência generalizadas; o Governo pressionado pela burguesia passa a criar programas destinados a ampliar o campo de inversão de capital no meio rural, objetivando a redução de efeitos da crise sobre a economia nacional, bem como amainando as tensões sociais no campo e na cidade.

O Nordeste brasileiro, por ser uma parte do Brasil em que alguns setores da economia ainda não estavam devidamente integrados, necessitava da criação de políticas específicas visando a essa integração.

Dentre vários Programas Especiais criados a partir de 1970, destaca-se o Projeto Sertanejo, objeto deste estudo. É através da sua análise que procuramos mostrar uma das formas de reprodução do capitalismo no meio rural nordestino e as formas de integração da economia regional ao contexto mais amplo da economia nacional.

Conforme a sua análise, observamos que o Estado, através desses programas, tem cumprido um papel muito importante, na tentativa de superação dessa crise. Além disso, a expansão do capitalismo no meio rural e a forma de intervenção do Estado nos estimula a dedicar maior tempo ao estudo dos Programas Especiais criados para o Nordeste a partir do ano de 1974, e se constituem objeto do nosso próximo capítulo.

C A P I T U L O - I I

2.1 - Industrialização: Panacéia para os problemas do Nordeste.

"Quando se criou a SUDENE, se pretendu que a industrialização fosse baseada no mercado da região. ligada à sua própria realidade. Hoje, criou-se um desenvolvimento considerável, mas se reduziu a velha sociedade numa dimensão muito maior".¹⁴

Diante das tensões sociais registradas nos fins da década de cinquenta, tanto no campo como nas cidades, o Nordeste, por ser a região brasileira de maiores problemas sociais e pelo desnível de seu desenvolvimento em relação ao Sudeste, acumulava a cada ano os maiores índices de miséria e pobreza do país, quicá do mundo. Todavia, essas distâncias sociais estavam relacionadas diretamente ao desenvolvimento desigual da economia nordestina, em relação com o desenvolvimento geral do capitalismo a nível nacional.

As pressões sociais e econômicas que se registravam no país, somadas à necessidade de criar condições de integração do desenvolvimento do capitalismo nacional, fizeram com que o Presidente Juscelino Kubitschek determinasse a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) a fim de estudar e propor política para o desenvolvimento regional com o objetivo de tirar a economia nordestina do estado de letargia em que se encontrava, principalmente a partir da crise do modelo primário exportador cuja base de sustentação era a produção de cana-de-açúcar.

A proposta econômica básica do GTDN era a industrialização do Nordeste, acompanhada de indicações técnicas para a transformação na organização da produção agrícola que, naquele momento, era considerada como um dos obstáculos ao desenvolvimento regional.

Portanto, a saída proposta era a industrialização, que deveria funcionar como elemento dinamizador e ainda propiciador

14. FURTADO, Celso. Entrevista Publicada pelo COOJORNAL, nº67, setembro de 1981 - APUD - Maranhão - p. 72

do crescimento do Produto Interno Bruto - PIB regional, a exemplo das atividades agro-exportadoras em épocas anteriores.

"O objetivo principal seria a intensificação dos investimentos industriais, visando a criar no Nordeste, um centro autônomo de expansão manufatureira mediante o incentivo à, 1) indústrias de base, e 2) indústrias que aproveitassem matérias-primas regionais".¹⁵

Argumentava-se que a saída da crise pela via industrial vinha coincidir com "certas" condições favoráveis, como criação de mercado relativamente grande; disponibilidade de matérias-primas e existência de um grande contingente de mão-de-obra de custo reduzido em relação ao preço da mão-de-obra do Centrosul.

Por último, o modelo industrial preconizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, criaria um grande mercado de emprego urbano a partir da produção siderúrgica e das atividades de transformação de ferro e aço e indústrias mecânicas simples, como as de implementos agrícolas, móveis metálicos, etc, e em termos de indústrias básicas, do incremento regional da produção de cimento e de adubo.

O Desenvolvimento da economia nordestina pela via industrial, tendo por base os próprios recursos da região, melhoraria o nível de competitividade e produziria um efeito psicológico capaz de transmitir dinamismo ao resto do aparelho produtivo.

Outra preocupação fundamental era com relação a existência do parque industrial já instalado e a modernização das indústrias têxteis, objetivando o enfrentamento da concorrência com similares do Sudeste do país.

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) ao elaborar sua proposta de criação e desenvolvimento das indústrias acima mencionadas, visava a dotar essa região de uma base econômica que funcionasse como novo foco de dinamismo

15. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A Questão Nordeste, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984 - p.72.

e com isso garantissem maior autonomia no crescimento regional, ou seja, seria uma industrialização de base regional capaz de substituir importação e com isso, reduzir de certa forma, o nível de desemprego e de subemprego no meio urbano e criar novos dirigentes empresariais na região.

Após vinte e cinco anos, o esperado crescimento da economia nordestina, baseado no dinamismo industrial, do ponto de vista da concentração econômica, experimentou considerá - vel expansão pois, o produto industrial da região cresceu à ba - se de 9% ao ano, em média. O parque industrial nordestino, é hoje, muito mais importante do que nos anos sessenta, com adoção de políticas de incentivos fiscais e financeiras levadas a e - feito em décadas recentes, o que tornou mais competitivo e diversificado.

Todavia, "foram as indústrias chamadas dinâmi - cas que receberam maior parcela de recursos originados do 34/18 FINOR, como Química (30%), metalúrgica (16%), minerais não metá - licos (7%), de material elétrico e de comunicação (4%), enquan - to os principais segmentos tradicionais da indústria nordestina receberam menos de 30% dos incentivos, como segue, o têxtil (15%), de alimento (10%) e o vestuário e calçados (3%)".¹⁶

Esses altos recursos destinados aos setores não tradicionais fizeram com que o valor da transformação indus - trial das indústrias tradicionais que representavam 75%, em 1960, fossem reduzidos para menos de 50%, em 1984.

O crescimento da indústria no Nordeste se constatou, fundamentalmente, nos segmentos produtores de bens inter - mediários, com a captação de incentivos financeiros e fiscais de 60%, aumentando no período compreendido entre 1950 e 1975, de 16% para 41% no valor da transformação industrial da região. Em virtude disso, os setores de produção de bens de consumo não du - ráveis que representavam a base da economia nordestina, reduzi - ram a sua participação de 83% em 1950, para 48% em 1975.

16. MINTER/SUDENE/BNB. Relatório Preliminar da pesquisa sobre a indústria incentivada pelo sistema 34/18-FINOR. Recife-Pe. 1980 (MIMEO).

Portanto, o crescimento nos setores da economia industrial do Nordeste, verifica-se por dois fatores específicos e controvertidos. Primeiro, porque dependeu de capital externo para financiar esse crescimento, daí a abertura do mercado nordestino para colocação de produtos do Centrosul, e criou indústrias de produção de insumos industriais e equipamentos técnicos que eram transformados e utilizados em outras regiões, notadamente do Centrosul. Segundo, porque o processo de industrialização do Nordeste, como se dava, assumia um caráter de complementaridade, ou seja, o novo parque manufatureiro que se implantara no Nordeste, resultara uma integração do processo de industrialização do Centrosul com a região nordestina, patrocinado pelo grande capital. "Com relação ao fornecimento de insumo para as indústrias do Nordeste, observa-se também uma grande dependência pois, da totalidade das indústrias que foram beneficiadas com incentivos do 34/18-FINOR, 48% dos seus insumos foram comprados em outras regiões e desse total, 36% no mercado nacional de regiões fora do Nordeste e 12% comprado ao mercado internacional!"¹⁷

Outro fator digno de registro no processo de industrialização do Nordeste, foi a forma como se escondeu uma particularidade importante com relação às indústrias não tradicionais. Elas apresentam altos coeficientes de importação de insumos, como observamos abaixo:

<u>gêneros</u>	<u>Percentuais</u>
Material elétrico	90%
Metalúrgico	70%
Material de transporte	80%
Mecânica	80%
Material plástico	83%
Química	56%
Farmacéutico	57%.

17. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. op. cit. - p. 77.

Com respeito à importação de insumos para o desenvolvimento das indústrias de bases tradicionais, os coeficientes de importação de insumos são bem mais baixos, como no caso da indústria têxtil que é de (24%), da de alimento (21%) e das de couros e peles (23%).

Os altos índices de importação de insumos dirigidos aos ramos não tradicionais do Nordeste, permitem-nos inferir que o fraco dinamismo registrado nos setores tradicionais, nas décadas recentes, estão diretamente relacionados com a pouca ligação desses setores com a base de recursos regionais.

"Cabe salientar que das indústrias instaladas no Nordeste até o ano de 1978, apenas (4%) dos equipamentos se originaram da região Nordeste, enquanto que (60%) foram importados do Sudeste, basicamente, e (36%) foram adquiridos no mercado exterior".¹⁸

Para melhor detectar a tendência do processo de industrialização no Nordeste à crescente dependência e complementaridade de nossa economia ao Centrosul e ao exterior, basta ver que os seus agentes são sobretudo extra-regionais, contrariando profundamente os postulados do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que preconizava a criação de uma base econômica no Nordeste, "capaz de autopropagação", ou seja, capaz de garantir maior autonomia ao crescimento regional partindo da implantação de um centro autônomo de expansão manufatureira.

Vimos então, que a sua industrialização deu-se a partir dos grandes grupos econômicos já instalados no Sudeste, que se estendem em direção ao Nordeste, utilizando as vantagens do sistema de incentivos. "Estudos recentes mostram que os grandes grupos empresariais e principais no Brasil se apresentam também como principais no Nordeste".¹⁸

18. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. op. cit. p. 77.

Portanto, a nova forma de industrialização do Nordeste, foi tarefa de grandes empresas nacionais e multinacionais, que já atuavam no Brasil e os benefícios desses frutos se destinaram a eles próprios, uma vez que, o GTDN e depois a SUDENE, de onde partiram as propostas de industrialização "autônoma", regional, para desenvolvimento nordestino e da sua tradicional economia, caiu por terra. Mudou sim, o padrão de acumulação de capital, através de movimentos concentracionistas comandados pelo grande capital nacional e internacional, os quais impuseram que a economia do Nordeste se integrasse e se consolidasse ao processo geral da economia nacional.

"Esse processo de interligação das economias regionais se dá em dois momentos. Inicialmente, pela via comercial, colocando, então, a questão da concorrência inter-regional. No segundo instante, o caráter prevalecentemente comercial, sob a forma de transferência de capital, reproduzindo, sobretudo no meio urbano das regiões, inclusive no Nordeste, a expansão de atividades modernas iniciadas no Sudente".¹⁹

Portanto, em considerações finais sobre o processo da industrialização do Nordeste, verifica-se que o esforço dos nordestinos ao longo desses vinte e cinco anos, foi insuficiente para a obtenção do seu desenvolvimento social. O dinamismo registrado na região, com relação ao desenvolvimento econômico e social do conjunto do país, não tem significação marcante pois, participa hoje, com menos de 6% do valor da transformação industrial.

Com base em toda essa análise, verificamos que a via do desenvolvimento do Nordeste visando aos investimentos massivos na industrialização, dentro dos padrões de concentração na produção intermediária, moderna, integrada, complementar e dependente de uma extensão da indústria do Sudeste, não torna o Nordeste autônomo, pois os problemas sociais tendem a se agravar ainda mais. Além disso, o próprio processo de industrialização foi

19. GUIMARÃES, Neto Leonardo. Notas sobre o Documento "Elementos para uma política social", Recife, 1981 (Mimeo).

distorcido do ponto de vista inter-regional. Os maiores centros industriais do Nordeste estão concentrados em torno das cidades de Salvador, Recife e de maneira menos significativa, em Fortaleza. Isso demonstra a divisão do próprio Nordeste.

Poderíamos apontar vários outros desvios do GTDN, relativamente à política de desenvolvimento do Nordeste através da industrialização, contudo a indicação dos acima mencionados são suficientes para o propósito desta dissertação. Todavia, o resultado atual da economia nordestina é produto de toda uma luta de classe que se travou no meio dessa sociedade e provocou, ao longo do tempo, uma transformação profunda do papel do Estado brasileiro, no tocante às novas perspectivas para o seu desenvolvimento, o que vem corroborar com o que afirmamos no início do capítulo anterior.

2.2 - Caracterização dos Programas Especiais para o Nordeste Semi-árido.

A ação governamental em relação aos problemas sociais e econômicos do Nordeste, cria e recria formas de atuação. Nesse sentido, já que o processo de industrialização do Nordeste atendeu apenas à classe dominante da periferia, tornou-se necessário para a própria satisfação do capitalismo, se proceder o reexame da questão agrária. Como escreve o professor Marcel "a tendência à centralização-desconcentradora da ação do Estado em relação ao Nordeste, iniciada em 1970, acentua-se ainda mais a partir de 1974. A criação de uma série de programas de desenvolvimento regional - dos quais os mais importantes são o Polonordeste e Projeto Sertanejo - reforçam a concepção oficial de atacar os males da região problema a partir do agro".²⁰

Ainda como política complementar da tentativa de desenvolvimento do Nordeste, foram criados outros programas chamados especiais, como Prohidro - Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste; Programa de Desenvolvimento da Agro-Indústria; Programa de Apoio à População Pobre das Zonas Canavieiras do Nordeste - Procanor e Projeto Nordeste.

Em seguida mostramos esses programas, tentando caracterizá-los a partir das razões de sua criação a fim de chegarmos a uma conclusão sobre o que eles representam, bem como o alcance de suas propostas para o Nordeste.

2.2.1 - Polonordeste²¹ - criado pelo Decreto Federal nº74.794, de 30 de outubro de 1974, cuja finalidade é promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de criar pólos agrícolas e agropecuários.

Esse programa visa a assegurar, além de dar apoio direto à melhoria da produção e da produtividade do pequeno produtor, a complementaridade necessária à expansão de suas atividades pelo fortalecimento da infra-estrutura (estradas vicinais e eletrificação rural) e do equipamento social (educação, saúde, abastecimento d'água para cada um dos seus pólos de desenvolvimento rural integrado (PDRI).

Após sete anos de existência, atinge cerca de 737 municípios nordestinos e a uma área aproximada de 809 km², onde vivem 14,3 milhões de habitantes, dos quais 9,4 milhões são produtores rurais, portanto, 66%.

O Polonordeste já construiu 4.500 km de estradas vicinais; 2.700 km de linhas de distribuição de energia elétrica nas propriedades rurais; construção de 1.260 escolas rurais; 980 unidades de saúde elementar; 250 sistemas de abastecimento d'água, beneficiando cerca de 2.000 pessoas.

21. Projeto Nordeste, Análise comparativa e recomendações para Programas Especiais, Grupo III, Recife. 1983 (Mimeo)

2.2.2 - PROHIDRO - Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste²², foi criado através da Exposição de Motivos nº010, de 12 de setembro de 1979, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, cujo objetivo principal é promover o aproveitamento racional dos recursos hídricos da região semi-árida do Nordeste e fortalecer a infra-estrutura existente, como instrumento complementar às ações que vêm sendo desenvolvidas através do Polonordeste, do Projeto Sertanejo e do Programa de Irrigação. O programa contempla as seguintes linhas básicas de atuação, quais sejam: construção de açudes públicos de pequeno e médio portes, para atendimento às comunidades; perfuração, recuperação, instalação, operação e manutenção de poços tubulares para o atendimento às comunidades rurais, visando à instalação de serviços de abastecimento d'água; perfuração e instalação de poços particulares em propriedades rurais, através de abertura de linha especial de crédito; promoção de pequena açudagem particular, mediante a concessão de financiamentos, através de linha de crédito específica; realização de obras que visem à perenização de rios intermitentes do Nordeste, consubstanciadas na construção ou complementação de grandes barragens, barragens sucessivas complementares e barragens subterrâneas, permitindo a utilização de terras úmidas à montante das bacias hidráulicas; alocação de recursos dos Estados para aquisição de perfuratrizes, visando ao atendimento das necessidades de provisão de água para comunidades e propriedades rurais.

No período de 1979 a 1984, o programa absorveu recursos não reembolsáveis da ordem de CR\$108,5 bilhões, a preços de 1983. Com esses recursos foram executadas as seguintes obras: construção de 35 açudes de médio porte, totalizando uma capacidade de armazenamento da ordem de 211,4 milhões de metros cúbicos, destinados ao abastecimento d'água de várias comunidades, totalizando uma população de cerca de 1,3 milhões de pessoas; encontram-se em construção 11 açudes com capacidade para

22. Idem, ibidem, p. 62-68.

138,5 milhões de metros, que beneficiarão a 285,2 mil habitantes; perfuração e instalação de 1.843 poços públicos novos e recuperação de 8.117 poços, levando benefícios a 2,6 milhões de pessoas; conclusão de 20 barragens para perenização de rios, com capacidade de armazenar 521 milhões de metros cúbicos, possibilitando a implantação de pequena irrigação, beneficiando cerca de 21.000 produtores, bem como a 157,5 mil pessoas com abastecimento d'água, encontram-se em construção mais de 10 açudes que elevarão a quase 2,8 bilhões de metros cúbicos a capacidade de acumulação regional, de modo a beneficiar 436,5 mil pessoas com abastecimento d'água e a 64,5 mil produtores com irrigação; construção de 183 poços rasos para atender a 9,1 mil habitantes; aquisição de 39 perfuratrizes; construção de 203 km de adutoras nos Estados de Alagoas e Sergipe, beneficiando uma população estimada em 100 mil pessoas.

Até março de 1983 os diversos agentes financeiros do programa (Banco do Brasil S/A, Banco do Nordeste do Brasil e bancos estaduais) já haviam contratado cerca de 6,9 mil operações de crédito para construção de açudes, obras complementares e outros sistemas de capacitação e retenção e estão em estudo 5,3 mil propostas.

2.2.3 - PROCANOR - Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste²³ - criado através do Decreto nº84.677, de 30 de abril de 1980, com base na exposição de motivos nº007/80/CDS, da mesma data, com o objetivo de melhorar as condições de vida e bem estar das populações pobres das zonas canavieiras, mediante promoção do acesso à posse da terra, a melhoria das condições de renda e emprego, a diversificação das atividades produtivas e a expansão de área dedicada à produção de alimentos básicos.

23. Ibidem, p. 64-65.

Sua área de atuação fundamental engloba 127 municípios, desde o Recôncavo Baiano até o Estado do Rio Grande do Norte, totalizando 31,6 mil km², com uma população de 2,9 milhões de habitantes. Sua linha de atuação tem como principal: apoiar as populações mediante promoção do acesso à posse da terra, visando a criar melhor estrutura de renda e emprego, diversificar as atividades econômicas e produzir os alimentos necessários ao grande contingente populacional; reforçar a infra-estrutura social mediante a disseminação dos serviços de saúde e assistência médica, saneamento básico, abastecimento d'água para as comunidades rurais; acesso à casa própria através de programas de habitação popular; melhoria do equipamento urbano das pequenas cidades e povoados, melhoria dos grupos carentes, melhoria do abastecimento de gênero alimentício; educação básica para as crianças e cursos supletivos e profissionalizantes para adultos; opções de lazer e de desenvolvimento comunitário; apoio aos pequenos produtores rurais, inclusive os não proprietários, através de oferta adequada de crédito, assistência técnica, abastecimento de insumos agrícolas modernos, organização de cooperativas, melhoria do escoamento da produção, disseminação da garantia do preço mínimo e de informação de mercado, além do desenvolvimento da criação de pequeno porte, da pecuária leiteira e da piscicultura de águas interiores; reforçar, na medida de sua importância em contribuir para os demais objetivos, a infra-estrutura econômica, em termos de estradas vicinais, eletrificação rural e armazenamento.

No período de 1980 a 1984, foram alocados recursos da ordem de CR\$13,5 bilhões, a preços de 1983. As principais realizações do PROCANOR, saneamento básico, abastecimento d'água, iluminação elétrica, habitação, saúde, educação, etc.

A partir de 1983, com ajuda do Finsocial, o PROCANOR passou a atuar na área de produção, com introdução de tecnologia e melhoria do processo de comercialização.

Em recente avaliação efetuada sobre o desempenho do PROCANOR observou-se que de um universo de 500.000 famílias, cerca de apenas 8.000 foram atendidas com assistência técnica e 430 famílias com crédito rural.

2.2.4 - Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste²⁴ - Esse programa foi criado em maio de 1974, com o objetivo de desenvolver e diversificar o complexo agroindustrial do Nordeste, visava a financiar projeto da iniciativa privada, através de linha especial de crédito, de modo a induzir a implantação, modernização, ampliação e diversificação de empresas processadoras de matérias-primas agrícolas e pecuárias.

Sua área de atuação é todo o Nordeste, inclusive parte do Norte do Estado de Minas Gerais. As empresas agroindustriais processadoras de matérias-primas regionais e empresas que tenham suas atividades voltadas exclusivamente para a produção de matérias-primas destinadas às agroindústrias, são as beneficiárias.

A execução do programa é de responsabilidade do Banco do Nordeste do Brasil e da Sudene, respectivamente, órgão financeiro e de coordenação regional. No período de 1978 a 1983, o programa destinou o montante de CR\$14,4 bilhões, a preços de 1983. Já foram aprovados 100 projetos de modernização que proporcionaram 17 mil empregos diretos e de aproximadamente 85 mil em empregos indiretos. Estima-se a criação de mais 14.000 empregos diretos a um custo de US\$ 24.300.

2.2.5 - Programa de Irrigação do Nordeste²⁵ - criado na vigência do I PND (1972/1974), a irrigação atua no Vale do Rio São Francisco através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e no polígono das secas através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

24. Ibidem, p. 69-70.

25. Idem, Ibidem, p.71.

A estratégia de ação do DNOCS, leva em consideração a força de trabalho familiar a partir da desapropriação de terras e sua divisão em lotes irrigados com áreas de 5 hectares aproximadamente, enquanto a CODEVASF atua com um sistema mixto, de colonização em áreas irrigadas e de pequenas e médias empresas capitalistas.

As áreas de atuação desses dois órgãos constituem-se interesse público, sendo portanto desapropriadas para construção de infra-estrutura hidráulica e, realizadas quase totalmente a fundo perdido.

Existem 55.550 hectares implantados e 40.430 hectares em operação, com cerca de 4.960 famílias assentadas, nos 48 projetos existentes.

Já foram alocados para o programa de irrigação, a preços do ano de 1983, a quantia de CR\$500,0 bilhões, no período de 1971 a 1983. Além desse valor, foi feita uma previsão para o ano de 1984 de CR\$81,0 bilhões para os dois órgãos, perfazendo a quantia de CR\$581,0 bilhões no programa de irrigação do Nordeste. Esse valor corresponde apenas aos recursos próprios internos.

No tocante à política de geração de emprego, o programa gerou 24.000 novos empregos, a um custo unitário de US\$46.000. O custo por família assentada na irrigação é de US\$150.000 e, segundo o que se propunha e o que foi atingido, o programa atingiu apenas dez por cento das metas preconizadas.

26

2.2.6 - Projeto Nordeste - Apesar do esforço do setor público com a criação de incentivos do 34/18-FINOR, visando ao processo de industrialização do Nordeste e, ainda à criação de vários Programas Especiais, citados anteriormente, persistem as desigualdades regionais no Brasil, mormente no Nordeste. Os ganhos obtidos através dessas medidas não foram suficientes para

a geração dos empregos necessários além de não propiciarem condições de incorporação de grandes contingentes populacionais do meio rural, ao mercado consumidor e ao mercado de trabalho.

No meio rural nordestino, o crescimento da economia, durante os últimos vinte anos, foi de 3,6% ao ano, em média. O nível de desigualdade persistiu pois, em 1980, a renda per capita correspondia apenas a 43% da nacional o que equivalia a igual participação verificada no ano de 1960.

Estima-se que, no Nordeste, 78,9% da população de dez anos acima, percebem um salário mínimo regional e deste total, 64,3% se situam abaixo do meio salário mínimo.

Portanto, com todo esforço conjunto do Estado com os órgãos de desenvolvimento regional (Codevasf, DNOCS, Sudene, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil) permanece o problema da pobreza absoluta, fundamentalmente no meio rural. No que toca ao meio urbano, com o processo migratório que vem sendo constatado e no crescimento vegetativo da população, estima-se que no fim do século vinte (ano dois mil), somar-se-ão aos 35 milhões de habitantes de 1980, mais 17 milhões, que se dirigirão para as médias e grandes cidades, se as condições atuais permanecerem as mesmas no meio rural.

Com base nesse quadro de pobreza no campo e nas cidades, principalmente nas nordestinas, faz-se necessária a criação de política governamental capaz de fortalecer a economia do Nordeste visando ao alargamento do mercado interno, ou seja, a tentativa de modernização da economia desta região, via industrialização e criação de Programas Especiais, não trouxe resultados capazes de integrar, mais significativamente, a economia nordestina ao contexto do desenvolvimento do capitalismo nacional.

As recentes avaliações acerca dos chamados Programas Especiais, registram resultados positivos àqueles que conseguiram os seus benefícios, no entanto, de pouca significação se comparados à dimensão dos múltiplos problemas sociais do Nordeste.

Isso quer dizer que poucas pessoas receberam os seus benefícios e, como já existem muitos desempregados e subempregados, que se jun tam às populações que crescem a elevadas taxas anuais, a situação se agrava a cada dia.

Além de sua abrangência ser incompatível em relação à magnitude dos problemas, verifica-se que os Programas Especiais se distorcem na prática, dos planos elaborados, principalmente porque são discriminatórios (beneficiam a uma minoria).

27

2.2.7 - Projeto Sertanejo

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste - Projeto Sertanejo, foi criado através do Decreto nº78.299, de 23 de agosto de 1976, com o objetivo de fortalecer a economia das unidades de produção agropecuárias, sobretudo, as pequenas e médias, tornando-as mais resistentes aos efeitos das secas, a partir de núcleos de prestação de serviços e assistência técnica.

A meta básica do Projeto Sertanejo é atingir as seguintes populações:

- 1 - trabalhadores sem terra (arrendatários, parceiros, ocupantes e, assalariados);
- 2 - pequenos proprietários;
- 3 - médios proprietários com propriedades até 500 hectares;
- 4 - proprietários de terra com área superior a 500 hectares, cujos projetos, aprovados pela SUDENE e pelo INCRA, proporcionem o acesso à terra a trabalhadores inseridos nos itens 1 e 2.

A área de atuação do Projeto Sertanejo compreende a superfície mais afetada pelas estiagens periódicas dos sertões semi-áridos dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e no Norte do Estado de Mi

nas Gerais.

"O Conselho Monetário Nacional - CMN, estabeleceu condições especiais para financiamento aos agricultores beneficiados pelo Projeto Sertanejo, que foi lançado através do Presidente Ernesto Geisel, em 1976. Faz parte de um conjunto de "soluções" postas em prática pelo Governo Federal, para minimizar os efeitos das secas nos sertões do Nordeste. O programa leva em consideração os objetivos de valorização integral das unidades de produção dos proprietários, pois, envolve recursos iniciais da ordem de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, a preços de 1967, para aplicação até 1979, sendo que em 1976 serão aplicados CR\$180 milhões." ²⁷

"O Projeto Sertanejo atingirá uma população de 12 milhões de habitantes, ou seja, 43% da população nordestina em 1976, e cobrirá uma área de 860 mil quilômetros quadrados, que corresponde a 52% do total da região". ²⁸

A operacionalização do Projeto Sertanejo inicia-se a partir dos Perímetros Irrigados administrados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - (DNOCS) e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, de onde se expandem os núcleos de todas as atividades executivas do programa.

Partindo de um raio de 30 km dos perímetros, cada núcleo deverá abranger uma área total por núcleo, na ordem de 280.000 hectares. A principal base para a ação do Projeto Sertanejo é as cooperativas dos irrigantes, já existentes nos perímetros as quais associarão os agricultores beneficiados pelo programa, criando-se assim adequado sistema de assistência técnica e a melhoria da estrutura de produção e de comercialização.

Em relação ao Polonordeste, o Projeto Sertanejo possibilitará incluir o atendimento e fortalecimento de pequenas e médias unidades de produção, contra os efeitos das secas periódicas.

27. Projeto Sertanejo - Diário de Pernambuco - Recife, 1976, p.9

28. MINTER/SUDENE - Projeto Sertanejo- Recife, 1977. p.5.

dicas.

"Origina-se daí, a criação de núcleos do Projeto Sertanejo propostos pelos governos estaduais, em vários municípios do semi-árido, orientados pela SUDENE. O Projeto Sertanejo foi implantado, já em 1977, com a criação de vinte núcleos, distribuídos em diferentes municípios, quais sejam, Piripiri, Simplicio Mendes e São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí; Tauá, Icó e Iguatu, no Ceará; Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros, no Estado do Rio Grande do Norte; Souza, Sumé e Picuí, na Paraíba;^x Salgueiro, Custódia e Ouricuri, em Pernambuco; Santana de Ipanema, em Alagoas; Nossa Senhora da Glória, em Sergipe; Irecê, Guanambi, Iraquara, no Estado da Bahia".³⁰

^xVER ANEXO I

31

1 - Estratégia de Ação do Projeto Sertanejo

Os objetivos do programa exige utilização de uma estratégia que permitirá a remoção dos principais empecilho ao desenvolvimento da agricultura da região semi-árida nordestina. Com base nesse propósito, o programa desenvolverá ações orientadas para os pontos prioritários, a seguir:

- a - formação de reserva d'água
- b - intensificação da produção irrigada
- c - economia do uso de água
- d - fomento à agricultura seca
- e - intensificação da produção pecuária
- f - conservação e melhoria do solo
- g - reorganização da estrutura fundiária
- h - prestação de assistência técnica e financeira
- i - aperfeiçoamento do sistema de comercialização e do cooperativismo.

29. Ibidem, p. 29

30. Idem, Ibidem. p.29

31. Idem, Ibidem, p. 22-23.

Dentre as ações expostas antes, vamos comentar apenas uma, ao nível do que se descreve no documento, que considera - mos o mais importante ao objetivo do presente trabalho, que é, Reorganização da Estrutura Fundiária. Como sabemos, a estrutura fundiária do Nordeste e, em particular, a da região semi-árida, tem-se revelado inadequada à introdução de melhorias no comportamento do setor agropecuário e a resolução de seus problemas básicos de renda, de emprego e de melhor utilização dos fatores produtivos.

Os dados sobre a estrutura fundiária do Nordeste indicam a predominância de latifúndios e minifúndios, sendo pouco expressiva a participação dos estabelecimentos agrícolas de tamanho médio. No caso dos minifúndios, as áreas das propriedades não comportam o pleno desenvolvimento da força de trabalho das famílias dos proprietários e se revelam incapazes de gerar níveis adequados de remuneração para a mão-de-obra disponível.

E aportamo-nos ainda, à elevada participação dos agricultores sem terra no contexto da força de trabalho disponível na área.

A par dos esforços no sentido de proporcionar o aumento do grau de resistência da agricultura da região semi-árida aos efeitos da seca, o programa contribuirá para a correção das distorções da estrutura fundiária, estimulando a implantação e o desenvolvimento de novas unidades agrícolas familiares.

O acesso à terra por parte dos não proprietários ou dos pequenos proprietários será propiciado através da formação de um mercado de terras, que será estimulado a partir do crédito fundiária, em condições especiais, e da desapropriação, quando conveniente, para posterior venda, através de crédito fundiário.

O crédito fundiário acima referido está dependendo exclusivamente de decisão do Governo Federal que autorizará aos órgãos coordenadores a nível regional, que são a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

A população a ser atendida pelo Projeto Sertanejo compreende os estratos seguintes:

E s t r a t o s

I	II	III	IV
Trabalha- dores <u>se</u> terra, <u>ar</u> rendatá- rio, <u>par</u> ceiro, <u>o</u> cupantes e assala- riados.	pequenos proprie- tários.	médios proprietários que dispõem de es- tabelecimentos com é- reas de até 500 ha., desde que apresentem possibilidade de valo- rização integrada de suas terras, com vis- tas à maior resistên- cia às secas.	proprietários de terra com área superior a 500 hectares, cujos projetos, aprovados pela Sudene e Incra, proporcionem o acesso à ter- ra, a trabalha- dores dos estra- tos I e II.

Os agricultores do estrato III e na medida do pos-
sível do estrato II, serão os principais beneficiados do programa.
A participação dos proprietários do estrato II no Projeto Sertane-
jo é limitada pela exiguidade de suas áreas de produção e pela re-
lativa "impossibilidade de desenvolvimento e valorização" a não
ser com a incorporação de outras áreas ou do deslocamento para
propriedades maiores.

"A população dos estratos I e II será beneficiada
inicialmente, através de crédito fundiário, quando então, passará
a integrar o estrato III.

Os proprietários do estrato IV serão beneficiados
nas mesmas condições especiais do programa, desde que alienem par-
te do imóvel, segundo normas especiais a serem definidas pela Su-
dene e pelo Incra.

Os recursos previstos para implementação do Pro-
jeto Sertanejo, de 1976 a 1979, período em que foi estabelecido
para a criação e operação de sessenta núcleos, com o seguinte de-
sempenho":³²

32. SUDENE/Projeto Sertanejo - op. cit. p.37.

Desenbolso

1976-1979

anos	número de núcleos	Propriedades		recursos em milhões Cr\$
		Reorg	assist	
1976	12	2.400	2.400	180,0
1977	14	5.200	7.500	260,00
1978	17	8.600	16.200	300,0
1979	17	12.000	28.200	400,0
TOTAL	60	28.200	54.300	1.140,00

33

2 - Linhas de crédito do Projeto Sertanejo:

O programa conta com três linhas de crédito, com as finalidades abaixo especificadas:

- 1 - crédito para investimento fixo e semi-fixo;
- 2 - crédito para investimentos fundiários;
- 3 - crédito para custeio, inclusive para incentivos ao uso de fatores técnicos de produtividade.

Esses créditos beneficiam os pequenos produtores rurais, proprietários ou não de imóvel, além de arrendatários, parceiros, ocupantes e até assalariados; médios proprietários com áreas até 500 hectares, cujos projetos sejam previamente a provados pela Sudene e pelo Incra.

Os créditos para investimento fixo e semi-fixos obedecem às seguintes condições especiais:

- valorização hidroagrícola;
- investimentos complementares;
- construção de moradias;
- pagamento de dívidas, etc.

O prazo para financiamento é de vinte anos, incluindo, até seis anos de carência, com encargos bancários, na ordem de 2% de juros ao ano, com limite máximo de empréstimos, de 650 MVR e mínimo de 50 MVR.

Com respeito aos empréstimos fundiários, obedece às seguintes condições

- limite de crédito - 100% do valor do imóvel;
- prazo: até vinte anos, incluindo até seis anos de carência;
- finalidade: aquisição de área de até seis módulos;
- encargos bancários dos mutuários: juros de 2% ao ano, debitados na forma do MVR (maior valor de referência), facultando-se sua capitalização durante a carência, para resgate com as prestações, segundo recomenda o projeto;
- garantias: as admitidas pelo MVR, sendo obrigatória a hipoteca do imóvel adquirido.

Quando o crédito fundiário for concedido às cooperativas, para aquisição de glebas destinadas a revenda a associados observa-se o seguinte:

a - o valor do crédito corresponderá ao custo da terra, dos investimentos preliminares necessários e da elaboração do projeto de colonização (até 10% do orçamento global);

b - o prazo é de até dois (2) anos, com até um (1) ano de carência, processando-se o resgate na medida dos empréstimos aos associados para aquisição de lotes;

c - na fixação do prazo, toma-se em conta o tempo necessário ao preparo das terras a lotear;

d - o mutuário paga juros de 2% ao ano, debitados na forma do MVR e capitalizados para pagamento com o principal.

No tocante ao financiamento de custeio, os pla-

nos anuais de custeio são elaborados pelos núcleos de prestação de serviço, sem ônus para os beneficiários. Tais mutuários pagam juros de créditos de custeio, na base de 7% ao ano, na forma do MVR.

3 - Refinanciamento ou Repasse

Os créditos de financiamentos, inclusive os fundiários, são integralmente refinanciados pelo Banco Central do Brasil, a taxas nulas, sob as normas do MCT 24.

Os agentes financeiros assumem o risco opera-cional e terão assegurada a remuneração de 5% ao ano nas opera-ções de investimento, inclusive fundiários, realizados com rerecursos do programa, mediante a cobrança de juros de 2% ao ano dos mutuários, e recebimento de subsídios de 3% ao ano do Banco Central. As operações de custeio são efetuadas a custos finan-ceiros de 12% ao ano, realizadas com recursos próprios, mediante cobrança de juros de 7% ao ano, dos mutuários e de 5% ao ano como subsídios do Banco Central.

3.1 - Garantia aos Órgãos Financiadores

No caso de morte do tomador de empréstimo fundiário ou de sua comprovada incompetência, por indolência ou inaptidão física, será criado o "fundo de garantia" para indenização a esses agentes. As reservas para fazer face a esse "fundo" constituir-se-ão de: a) 2% ao ano dos saldos devedores dos empréstimos fundiários, mediante transferência da SEPLAN; b) multas arrecadadas, etc.

3.2 - Sanções

O beneficiário que obtiver o crédito com propósitos especulativos, visando apenas à valorização da terra

e/ou sem ânimo de produção, fica sujeito às seguintes sanções cumulativas:

- a - elevação dos juros para 12% ao ano, a partir da primeira utilização;
- b - pagamento de correção monetária, aos índices das ORTN_s, sobre os saldos devedores, também a partir da primeira utilização;
- c - inabilitação para novo crédito do programa;
- d - imediata liquidação da dívida.

Com relação ao pessoal necessário à implantação e funcionamento do núcleo, cada um deles, se distribui em cinco diferentes equipes. Cada uma dessas equipes tem um conjunto de funções bem definidas que se inter-relacionam e se completam com vistas ao cumprimento das funções e atividades do núcleo. Entre as funções das equipes, destacam-se as seguintes:

Equipe "A" - Estudos e Projetos:

- seleção de propriedades;
- elaboração de projetos de investimento.

Equipe "B" - Obras:

- execução direta das obras programadas;
- acompanhamento da execução indireta das obras;

Equipe "C" - Assistência Técnica:

- elaboração de planos de custeio;
- assistência e orientação ao agricultor;
- dinamização de cooperativas;
- identificação de necessidades de pesquisa.

Equipe "D" - Divulgação

- identificação das aspirações sociais da população;
- divulgação adequada do programa.

Equipe "E" - Apoio administrativo:

- controle de pessoal;
- controle de patrimônio;

- controle financeiro;
- controle de material;
- serviços gerais.

4 - Estabelecimento de critérios para seleção de beneficiários:

A fim de conservar a uniformidade da concepção e a manutenção dos objetivos sócio-econômicos do programa, deve-se ter um "cuidado" muito grande quanto à seleção dos agricultores que serão beneficiados pelo Projeto Sertanejo. Para tanto, a SUDENE elaborou alguns critérios que são utilizados pelos núcleos e pelos bancos operadores na escolha dos agricultores beneficiados. Os critérios se referem separadamente a proprietários, (pequenos médios e grandes) e não proprietários, e compreendem itens eliminatórios e classificatórios.

Os referidos critérios abrangem aspectos como localização da propriedade; situação legal da propriedade; domínio da exploração; cadastro bancário; tamanho da propriedade; viabilidade econômica; nível de absorção de mão-de-obra; atendimento às normas do programa; tradição na agricultura; local de residência do beneficiário; número de imóveis rurais do proprietário; existência de ponto d'água; idade do candidato; aptidão para o trabalho; estado civil e número de dependentes, entre outros.

Cada núcleo do Projeto Sertanejo que se implantou no Nordeste semi-árido, além de todos os estudos básicos de cartografia, mapeamento de solos com diagnóstico interpretativo e levantamento dos recursos hídricos com inventário e seleção de poços e açudes, morfologia, detalhamento da rede de drenagem, implantação de novas bacias hidráulicas, etc, para sua operacionalização carece de aquisição de máquinas e equipamentos, patrocinados pelo Estado, para garantir a realização de trabalho nas

propriedades, dos vinte (20) núcleos iniciais, como: construção de açudes e perfuração de poços, preparo de solo, sistematização de solos para irrigação, entre outros. A Sudene repassou aos órgãos executores, no ano de 1977, recursos para aquisição dos seguintes equipamentos e máquinas:

- a - 48 chassis FNM, modelo 180-C, equipados com cabine de aço, servo-direção hidráulica, conjunto de segurança, com caçamba basculante de $6/8 \text{ m}^3$;
- b - 12 chassis FNM, modelo 180-N3, equipados com cabine de aço, com duas camas, servo-direção hidráulica, conjunto de segurança, trancado, com 3º eixo de fábrica e carroceria de madeira plana;
- c - 12 rolos compactador-vibratórios, rebocáveis, pés de carneiro, marca Dgnapac, modelo CF442;
- d - 12 pás carregadeiras (mecânicas) articuladas sobre todas, marcas Michigan, modelo 55, com caçamba de $2 \frac{1}{2} \text{ J.C.}$;
- e - 12 tratores de esteira marca Komatsu, modelo D-65A-7A, equipados com lâmina regulável e inclinável, rodas motrizes segmentadas;
- f - 12 escarificadores para trator, modelo D65A-6A;
- g - 12 motoniveladoras marca Huber-Warco, modelo 1406, com motor diesel de 140CV, comando hidráulico, com escarificador;
- h - 24 tratores de esteira, marca Fiat Allis modelo Ad-78, com motor diesel, potência nominal de 88CV, transmissão direta, com embreagem a banho de óleo, sistema hidráulico de três válvulas, lâminas augleadozer, escarificador de três dentes".³⁴

Portanto, como vimos, essas máquinas e equipamentos, foram adquiridas para implantação e operação de vinte núcleos, em diferentes municípios do Nordeste semi-árido.

Os recursos financeiros recebidos pela Sudene e repassados para os órgãos executores (DNOCS, CODEVASF), após análise e aprovação dos subprogramas, através de convênios, marcaram o início da alocação de recursos para o Projeto Sertanejo, que se deu em 29 de setembro de 1977. Foi comprometido o montante de CR\$215.940.370 (Duzentos e Quinze Milhões, Novecentos e Quarenta Mil, Trezentos e Setenta Cruzeiros), a preços de 1977. Conforme o documento "Novos Rumos para o Desenvolvimento Regional", elaborado por equipe interdisciplinar do Ministério da Agricultura, Ministério do Interior e do Ministério do Planejamento, "já existem cento e sete (107) núcleos do Projeto Sertanejo por todo o Nordeste".³⁵

À guisa de especulação, uma vez que não dispomos de dados financeiros precisos, tentamos estimar o valor dos recursos destinados para os 107 núcleos, desde a criação do programa, até junho de 1985. Considerando que para vinte núcleos foram repassados CR\$215.940.370, como foram implantados vinte núcleos, então cada um recebeu o valor de CR\$10.797.018,50 (Dez Milhões, Setecentos e noventa e Sete Mil, Dezoito Cruzeiros, Cincoenta Centavos). O valor de uma ORTN em setembro de 1977, era CR\$224,01 (Duzentos e Vinte e Quatro Cruzeiros e Um Centavo), então, cada núcleo participou com 48.198,82. Corrigindo esses dados para junho de 1985, tem-se que $48.198,82 \times 45.900,90$ (valor de uma ORTN em junho de 1985) = CR\$2.212.369 (Dois Milhões, Duzentos e Doze Mil, Trezentos e Sessenta e Nove Cruzeiros), o valor dos recursos empregados para implantação e operação de um núcleo.

Como já foram implantados e estão em operação, cento e sete (107) núcleos, e como não dispomos de dados eluci-

35. COMISSÃO Interministerial do Projeto Sertanejo, op.cit.p.62.

dativos dos valores alocados por núcleo e por ano, tomamos por base os valores gastos nos vinte núcleos criados no ano de 1977 e estimamos para o ano de 1985, com base nos dois índices de ORTN de 1977-1985, levando-se em conta os cento e sete (107) núcleos, ou seja, $CR\$2.213.369 \times 107 = CR\$236.723.506.112$ (Duzentos e Trinta e Seis Bilhões, Setecentos e Vinte e Três Milhões, Quinhentos e Seis Mil, Cento e Doze Cruzeiros).

As características desses programas, nos possibilita estabelecer o que distingue cada um deles, conforme mostramos a seguir:

a - Área de atuação do Polonordeste (vales úmidos do Nordeste semi-árido) consideradas prioritárias para a formação de pólos de desenvolvimento agrícola e agro-pecuário. Tal programa, voltado para o pequeno produtor propicia complementaridade necessária a expansão de duas atividades produtivas, pelo fortalecimento da infra-estrutura.

b - Área de atuação (abrange toda a região semi-árida do Nordeste). Serve de complemento ao Polonordeste, ao Projeto Sertanejo e ao Programa de Irrigação. Visa apoiar as comunidades e propriedades rurais através da construção de grandes barragens, barragens sucessivas complementares e de barragens subterrâneas, além de perfuração e instalação de poços em propriedades particulares e aquisição de perfuratrizes, ou seja, formação e aproveitamento dos recursos hídricos do Nordeste semi-árido.

c - O Procanor tem área de atuação na região canavieira do Nordeste, desde o recôncavo baiano até a zona canavieira do Estado do Rio Grande do Norte - voltado para o pequeno produtor proprietário e não proprietário, através da oferta adequada de crédito, assistência técnica, abastecimento de insumos agrícolas modernos, organização de cooperativas, além da criação pecuária leiteira e da piscicultura de águas interiores, tudo de pequeno porte. O Procanor tenta modificar a infra-estrutura econômica com abertura de novas estradas vicinais, linhas de eletrificação rural e armazenamento.

mazenamento.

d - O Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste atua em todo o Nordeste, inclusive parte do Estado de Minas Gerais, se objetiva a financiar projetos de iniciativa privada, a fim de motivar a implantação, ampliação, modernização e diversificação de empresas processadoras de matérias-primas agrícolas e agropecuárias.

e - O Programa de Irrigação do Nordeste atua no polígono das secas através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - (DNOCS) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - (CODEVASF).

O DNOCS tem como estratégia básica o uso da forma de trabalho familiar em áreas previamente expropriadas e distribuídas em lotes irrigados com áreas de 5 hectares aproximadamente.

A CODEVASF utiliza o sistema mixto. O de colonização a exemplo do DNOCS e o de estímulo à criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas capitalistas.

f - O Projeto Nordeste, criado em 1984, atua em toda a região Nordeste, com proposta de fusão de todos os Programas Especiais já existentes no Nordeste, a exceção do Procanor.

g - O Projeto Sertanejo atua em todo o Nordeste semi-árido, desde o Estado do Maranhão até o Norte do Estado de Minas Gerais, tem como objetivo, interferir na zona semi-árida do Nordeste, a fim de tornar sua agricultura resistente às secas e explorar suas possibilidades de desenvolvimento. Baseia-se na valorização hidroagrícola das propriedades.

O Projeto Sertanejo visa beneficiar os agricultores não proprietários (parceiros, arrendatários, moradores e assalariados), pequenos proprietários, médios proprietários com áreas de até 500 hectares e proprietários de terra com áreas superiores a 500 hectares.

Com base no estudo desses Programas Especiais para o Nordeste observa-se que embora tenham atuação e áreas distintas, trazem pouca contribuição, do ponto de vista prático, ao processo

de mudança estrutura, o que nos permite dizer que o que muda de fato é a linguagem oficial, cada vez que esse ou aquele programa é criado para o Nordeste.

No próximo capítulo tentaremos demonstrar essas afirmações, através de estudo específico do núcleo do Projeto Sertanejo do Município de Sumé, Estado da Paraíba.

C A P I T U L O - I I I

3.1 - Justificativa

Partindo do pressuposto de que a postura ideológica e o embasamento teórico dos programas adotados pelo governo visando ao desenvolvimento econômico e social do Nordeste, buscam responder às necessidades gerais do processo de acumulação de capital, levantamos as seguintes hipóteses:

1. A expansão do campo de inversão para o capital, que no momento de crise se defronta com problemas de valorização;

2. A ampliação do mercado de produtos industriais que diante do processo de recessão da economia nacional, cria condições para acumulação e reprodução em outros setores da economia;

3. A utilização de tecnologia moderna no meio rural pode provocar modificações na relação de produção, sem, necessariamente efetuar mudanças significativas na estrutura fundiária.

Estamos repetindo as hipóteses formuladas já no início deste trabalho, em face de que neste capítulo, sobre o estudo do núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé - Paraíba, é que esperamos sejam comprovadas.

Mostraremos através de dados estatísticos que apesar da pouca significação social do Projeto Sertanejo, do ponto de vista econômico em relação aos vários núcleos implantados nos Estados nordestinos, criou-se condições de expansão do campo de inversão para o capital; ampliou-se o mercado de produtos industriais e, com introdução de tecnologia moderna no meio rural desta região, modificou-se a estrutura agrária.

O nosso objeto particular de estudo é o Projeto Sertanejo, implantado no município de Sumé, no Estado da Paraíba, todavia, antes de entrarmos no seu estudo propriamente, ca

rece o reforço de que, dos cento e sete (107) núcleos implantados no Nordeste, o Governo investiu, apenas com aquisição de máquinas e equipamentos, o valor de CR\$236.723.506.112 (Duzentos e Trinta e Seis Bilhões, Setecentos e Vinte e Três Milhões, Quinhentos e Seis Mil, Cento e Doze Cruzeiros), a preços de junho de 1983. Es tão excluídos desses investimentos, a construção de prédios, a compra de imóveis, móveis e utensílios, a aquisição de veículos u tilitários e o pagamento de salários e encargos aos técnicos e peçoal administrativo dos citados núcleos, a serviço do programa.

Existem vários Programas Especiais no Nordeste, co mo já foi citado no capítulo II, todos eles, sem excessão, obede cem à mesma filosofia e como tal pode-se inferir que todos contri buem para a confirmação das hipóteses formuladas.

3.2 - Metodologia

A pesquisa que efetuamos no núcleo de Sumé, cons tituiu-se da análise de documentos, levantamento de dados e entre vistas efetuadas, capazes de possibilitar a identificação da pos tura ideológica do Estado e da contradição existente entre a lin guagem dos documentos oficiais e a operacionalização prática.

Adotou-se o seguinte critério, na seleção do mate rial:

1. documentos que tratassem da implementação do Projeto Sertanejo;
2. documentos sobre o Projeto Sertanejo e suas propostas básicas;
3. documentos sobre o Projeto Sertanejo desenvolvido pelo MINTER/SUDENE/DNOCS, a nível regional;
4. documentos que tratassem especificamente do Projeto Sertanejo, no núcleo de Sumé - Paraíba;

Além disso foram tomadas como fonte de referência o seguinte: entrevistas com técnicos responsáveis pela elaboração dos projetos operativos e encaminhamento aos agentes financeiros;

entrevistas com funcionários do Projeto Sertanejo de Sumé, com gerente de agentes financeiros, proprietários beneficiados e não beneficiados e produtores rurais; visitas e observações, etc.

Procedeu-se ao estudo dos documentos seguintes:

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Região semi-árida do Nordeste - Projeto Sertanejo;
- Características, trabalho, etapa de implantação;
- Programa anual de trabalho, 1977-1980;
- Relatório, Quadro Demonstrativo do Projeto de Desenvolvimento e Planos de Custeio.

De posse do referido material acerca do Projeto Sertanejo, bem como de elementos específicos da sua implantação e desenvolvimento, do Núcleo de Sumé, efetuamos o estudo que apresentamos em seguida.

3.3 - Núcleo de Sumé- Paraíba

VER ANEXO II

O documento inicial que diagnosticou o núcleo de Sumé, o fez para onze (11) municípios: Camalaú, Congo, Monteiro, Ouro Velho, Prata, São José dos Cordeiros, Serra Branca e Sumé (todos na Paraíba). Itapetim, São José do Egito e Tuparetama (em Pernambuco).

Posteriormente, desmembrou-se do núcleo de Sumé, os municípios do Pernambuco. Além desses, os de Camalaú, Congo, São José dos Cordeiros e Serra Branca, na Paraíba, que constituem atualmente, o núcleo do Projeto Sertanejo de Serra Branca, administrado pela Secretaria da Agricultura do Governo do Estado da Paraíba.

O atual núcleo de Sumé abrange os municípios de Prata, Ouro Velho, Monteiro, São Sebastião de Umbuzeiro, São João do Tigre e Sumé. "A área prioritária desse núcleo corresponde à faixa territorial onde as secas ocorrem com maior frequência. As ações do Projeto Sertanejo de Sumé, se iniciarão a partir do Pe

Perímetro Irrigado administrado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - (DNOCS), no município de Sumé". (Programa de Trabalho, Etapa de Implantação - Projeto Sertanejo, p.36).

Antes da implantação do Perímetro Irrigado e do núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé, a sua economia baseava-se na agricultura e pecuária tradicionais. O produto comercial de maior importância era o algodão, associado à exploração pecuária. O sucesso dessas atividades do ponto de vista do mercado e, sobretudo, do nível de subsistência, só se registrava quando o ano era chuvoso. O algodão por ser a principal cultura comercial da região, era a atividade que despertava maior interesse dos proprietários de terra e produtores rurais, todavia, quando o ano era desfavorável, a comercialização desse produto era fraca, incorrendo em prejuízo para a região dos Cariris Velhos, particularmente para Sumé e municípios periféricos.

A construção de uma barragem pública em Sumé, se tornava necessário por dois fatores: primeiro, solucionava o problema de abastecimento d'água que em épocas de crise deixava a população em situação crítica; segundo, uma barragem de porte médio no município, propiciaria a criação de empregos diretos e indiretos através da exploração econômica no uso da água acumulada, desenvolvendo e diversificando a agropecuária do município, com criação de vazantes, desenvolvimento da pesca, estímulo ao desenvolvimento de culturas irrigadas, fomento ao cooperativismo, todos em caráter permanente.

Determinada tal construção, foram mobilizados equipamentos do Estado através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas -(DNOCS). Concluído o açude público de Sumé e com manancial hídrico já existente, imprimiam-se novas políticas a nível local e regional, no sentido de se introduzir novas formas de produção e de trabalho. Essas novas formas implementadas faziam parte de uma determinação econômica mais geral no contexto nacional, pois a agricultura que até então (1976) dependia de chuvas torrenciais periódicas, com formas "atrasadas" de produção, passa à agricultu-

ra irrigada, com o uso intensivo e rotativo do solo e de cultura e o emprego de tecnologia moderna.

Essa nova forma de produção econômica na região, criada a partir do uso de água para a irrigação, criou novos hábitos de consumo, novas aspirações e mudanças nas tradições agrícolas. As culturas que eram tradicionalmente exploradas na área periférica do município de Sumé, foram perdendo posições gradativas para outras culturas de menor ciclo vegetativo e de mais fácil comercialização. Ou seja, as culturas de algodão, milho e feijão foram paulatinamente sendo substituídas por culturas como tomate, banana, entre outras, apesar das tradicionais ainda representarem o maior volume de produção agrícola não irrigada da região.

Partindo do perímetro irrigado, implantou-se o núcleo do Projeto Sertanejo. Esse programa aproveitaria toda infraestrutura técnica, material e humana e com isso garantia maior expansão do processo produtivo e possibilidade de criação de um pólo de desenvolvimento regional, com grau de abrangência significativamente maior do que o perímetro já existente.

O Projeto Sertanejo foi implantado com o objetivo de atender ao maior número de proprietários e produtores da área abrangida pelo núcleo de Sumé. "Prognosticou-se atingir, entre 1977 a 1979, dez mil e vinte e seis (10.026) beneficiários do Projeto. Estabeleceu-se quatro estratos a seguir especificados: estrato I, dos trabalhadores sem terra (arrendatários, ocupantes, parceiros, meeiros e assalariados), com três mil, oitocentos e setenta e sete (3.877) produtores; estrato II, dos pequenos proprietários, com cinco mil, setecentos e oitenta e nove proprietários; estrato III, dos proprietários de terra com área até quinhentos (500) hectares, com duzentos e setenta e três (273) proprietários e, finalmente, estrato IV, proprietários com área acima de quinhentos (500) hectares, com oitenta e sete proprietários". (Minter/Sudene/DNOCS - Programa de Implantação do núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé)

Os beneficiários que estão inseridos nos estratos I e IV, não foram contemplados pelo Projeto Sertanejo, até a presente data.

No início da implantação do núcleo de Sumé, houve resistência à adesão mas, aos poucos foram se inscrevendo os produtores e proprietários contidos nos quatro estratos estabelecidos. Até o mês de junho de 1985, haviam seiscentos e setenta e oito (678) inscritos. Destes, quatrocentos e noventa e três (493), pequenos, médios e grandes proprietários, e cento e oitenta e cinco (185) trabalhadores sem terra, conforme quadro seguinte:

período	estratos	Produtores e Proprietários		observação
		inscritos	pré-selecionados.	
De 1977 a junho de 1985	I	185	00	Na seleção final, apenas 166 foram beneficiados.
	II	245	235	
	III	243	236	
	IV	05	00	
Total	-	678	461	-

Fonte: Relatório da situação do núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé - Paraíba - junho de 1985.

Dos cento e oitenta e cinco (185) produtores sem terra inscritos no projeto, nenhum foi beneficiado. Ao procurar - mos os motivos desse não atendimento, obtivemos a resposta de que "os trabalhadores inscritos no estrato I, não foram ainda beneficiados pelo projeto, em vista de a SUDENE e o INCRA não terem autorizado operar, nem com o estrato I, nem com o estrato IV". (entrevista com técnicos do núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé-Pb., e agentes financeiros locais).

O financiamento dos mutuários do estrato I, não foi feito por que os órgãos executores não receberam recursos pa

ra o fundo de crédito fundiário para idenização aos proprietários de área acima de quinhentos (500) hectares.

Observa-se que há um desvio, na prática do Projeto Sertanejo, em relação aos documentos oficiais de sua criação, de sua implantação e de sua operacionalização. Pois, preconizava-se o atendimento a trabalhadores sem terra e isso até agora não se efetuou. No diagnóstico feito acerca do núcleo, estimou-se a perspectiva de atendimento a 10.026 produtores e proprietários dos municípios estudados. Na prática só foram atingidos cento e sessenta e seis (166) proprietários inseridos nos estratos II e III, e em número reduzido, conforme quadro seguinte:

1979 = 100

(preços de jul/1985)

período	beneficiados		A p l i c a ç ã o (1.000)		custo total
	est.	prop.	investimentos	custeio	
de	II	67	8.357.610.566	3.788.240.566	12.145.876.485
1979	III	99	14.890.067.797	6.397.808.674	21.287.876.471
a julho de 1985					
Total		166	23247.678.716	10.186.049.240	33.433.727.956

Fonte: Núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé-Pb. - Informações em entrevistas feitas com técnicos em julho de 1985.

De acordo com as informações colhidas, observamos que os resultados obtidos de 1977 até os dias atuais, não representam 2% (dois por cento) de atendimento, em relação ao universo diagnosticado, embora, do ponto de vista econômico, isso tenha correspondido a uma aplicação da ordem de CR\$33.433.727.956 (Trinta e três Bilhões, Quatrocentos e Trinta e Três milhões, Setecentos e Vinte e Sete Mil, Novecentos e Cincoenta e Seis Cruzeiros) a preços de julho de 1985. Esse valor destinado a uma região de condições adversas, é muito representativo para a acumulação e reprodução de capital e pela sua forma de aplicação, para o processo de modernização do meio rural daquela região. Além disso, o nú-

cleo foi dotado de uma infra-estrutura bem mais superior, se observarmos que outros investimentos foram implantados pelo Estado, a fundo perdido, como já citamos anteriormente. Outros investimentos são muito mais elevados do que os constantes no quadro anterior.

As contradições registradas confirmam o que vimos sustentando, ou seja, de que o Projeto Sertanejo, pelo seu caráter seletivo e excludente, estimula a formação de empresários capitalistas, deixando à margem uma maioria esmagadora de produtores e pequenos proprietários da região onde é implantado, razão essa de que poucas pessoas recebem muitos benefícios, em detrimento de um grande contingente populacional existente e que não recebeu nenhum benefício, apesar de ter manifestado o desejo de integrar-se ao Projeto.

O Estado assume vivamente, a defesa de um grupo, e por outro lado os grandes problemas sociais da região aumentam a cada dia. De acordo com informações de técnicos do núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé, todos os recursos alocados como empréstimos aos mutuários, não sofreram nenhuma correção monetária. Ou seja, os valores emprestados permanecem os mesmos até a liquidação total do empréstimo. Além das vantagens do longo período de carência, as taxas de juro referentes a investimento e custeio, eram da ordem de 5% (cinco por cento) e 12% (doze por cento) ao ano, respectivamente, com período de vinte anos para amortização desses empréstimos em valores nominais.

No caso de Sumé, um fato a registrar, é que no período de longa estiagem que se verificou no Nordeste, de 1979 a 1983, os mutuários do Projeto Sertanejo recorreram a financiamento de custeio agrícola através do Proagro. Como as safras foram frustradas, tiveram seus débitos perdoados pelo Governo Federal.

Os produtores sem terra, em várias entrevistas efetuadas, declararam ter procurado o Projeto Sertanejo mas, os administradores do núcleo, lhes informaram que o núcleo só ia poder atendê-los quando fosse liberado o Fundo de Crédito Fundiário-FCF e,

quando os grandes proprietários desejassem vender parte das suas terras excedentes, que seriam indenizadas pelo Estado e distribuídas entre eles.

Nesse sentido, os trabalhadores sem terra ficam numa situação difícil pois, os grandes proprietários não são obrigados a aceitar essa condição. Além desses depoimentos, vários outros foram dados e o que deu para perceber é que o principal limitante ao melhoramento da produção e produtividade agrícola da região, é o acesso à terra para a maioria dos produtores. Por outro lado, enquanto isso não acontece, os Programas Especiais se objetivam a responder as necessidades do processo de desenvolvimento econômico, através de modernas técnicas e de uma base financeira substancial, enquanto os problemas sociais gerais e a estrutura fundiário e de produção, permanecem estáveis.

"Apesar da introdução de modernas técnicas, a relação proprietário/trabalhador, continua sendo a de parceria, em grande parte. No período de implementação de cada projeto, o trabalho assalariado é usado com mais intensidade em razão de os mutuários disporem de mais recurso, tanto para investimento, quanto para custeio. Relativamente à estrutura fundiária nada mudou e se mudou foi para aumentar o tamanho das propriedades". (Depoimento de técnicos do núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé-Pb., em junho de 1985).

Na prática isso se ajusta aos critérios seletivos empregados pelo Manual de Procedimentos dos núcleos, de que só participa dos benefícios do Projeto Sertanejo, se for proprietário de imóvel, conforme critérios descritos abaixo:

1. a propriedade a ser beneficiada deve estar localizada, total ou parcialmente, na área de atuação do núcleo, proposta pelo órgão executor e aprovada pela Sudene;

2. o proprietário rural deve ter sua propriedade devidamente desembaraçada, cadastrada no Incra e em dia com o ITR (Imposto Territorial Rural);

3. o proprietário deve ter tradição com a gropecuária e nesta atividade, ter sua maior fonte de renda;

4. o candidato deve ter o domínio direto da propriedade e sua exploração ser exercida pelo próprio ou um de seus dependentes;

5. o proprietário deve ter cadastro bancário aprovado de acordo com as exigências das agências financeiras, aplicáveis ao programa;

6. o proprietário deve concordar em se associar a uma cooperativa indicada pelo núcleo e através dela comercializar sua produção;

7. o proprietário não pode ter participação acionária igual ou superior a 10% do capital de empresas beneficiárias do fundo de investimento do Nordeste - FINOR ou dos artigos 34 e 18;

8. o proprietário do imóvel ou imóveis rurais com áreas contíguas, ou não, que totaliza (m) mais de 500 hectares, deve concordar em vender parte de sua (s) terra (s) aos não proprietários (estrato I) e/ou aos pequenos proprietários (estrato II), conforme diretrizes a serem estabelecidas para o programa;

9. o imóvel a ser beneficiado deve ser capaz de responder aos investimentos a serem realizados, de acordo com os levantamentos e avaliações afetuosos pelo núcleo;

10. o proprietário deve concordar a absorver mão-de-obra permanente na propriedade a ser beneficiada, de conformidade com o projeto a ser elaborado pelo núcleo, e as alterações ocorridas durante sua implantação, obedecidos os índices técnicos, como número de emprego por atividade econômica a serem estabelecidos pela Sudene, etc.

11. o proprietário deve se comprometer a cumprir as normas estabelecidas para o programa; os compromissos assumidos na cédula de financiamento e obedecer à orientação técnica das equipes do núcleo. (Projeto Sertanejo - Manual de Procedimento - Recife 1978 - p. 18-19).

Essa condição de proprietário, como requisito fundamental, traz a possibilidade de que o Estado, através de uma instituição como o Projeto Sertanejo, controle um grupo de pessoas, submetendo-as às orientações dos seus técnicos, no sentido de transformar a agricultura e a pecuária "atrasadas", em agricultura e pecuária modernas. Propicia, através desses programas, aquisição de máquinas e equipamentos, melhoria da linhagem pecuária, entre outros.

A questão da modernização no campo, na ótica capitalista, visa atender às necessidades gerais da produção capitalista e nesse sentido o Projeto Sertanejo se coaduna com tais princípios, pois fomenta a criação de um mercado de produtos acabados de origem industrial, estimula a expansão do campo de inversão com criação de empresários capitalistas no campo e, moderniza o núcleo de atuação, sem mexer na estrutura fundiária. Mostramos em seguida as aquisições efetuadas pelos 166 mutuários do núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé, além de toda infra-estrutura já mencionada.

Especificação	Unid	quant	Estratos	Obs.
Cata vento	Um	51	II	
Conjunto Forrageiro	Um	34	II	
Arados	Um	35	II	
Motor elétrico	Um	01	III	
Carro e mão	Um	10	II e III	
Cultivadores	Um	22	II e III	
Eletificação rural	Uma	04	III	
Pulverizadores	Um	75	II e III	
Moto-bomba	Uma	34	II e III	
Conjunto Aspensor	Um	01	III	
Arame Farpado	m	391.880	II e III	

Fonte: Pesquisa direta no escritório do núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé - Paraíba - 1985.

Além das aquisições referidas no quadro anterior, foram implantadas ainda, nas propriedades beneficiadas o seguinte:

- 1 - 90 poços tubulares
- 2 - 1.678 hectares de palma consociada com algaroba.
- 3 - 63 casas em alvenaria
- 4 - 56 centros de manejo
- 5 - 05 silos trincheira
- 6 - 12 armazens
- 7 - 88 reprodutores bovinos
- 8 - 1.224 hectares de capim
- 9 - 1.064 matrizes bovinas
- 10 - 23 reprodutores caprinos e ovinos
- 11 - 4.087 matrizes caprinas e ovinas
- 12 - 100 bois de serviço
- 13 - 10 cacimbões perfurados
- 14 - 12 barragens de terra com capacidade de acumulação para 3.000.000 m³. (dados fornecidos pelo núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé-Pb - julho de 1985).

As aquisições feitas e as melhorias implementadas em cada propriedade beneficiada, propiciaram maior produção e maior produtividade agrícola. Todavia, em face do longo período de seca e da falta de dados estatísticos, não foi possível avaliar o resultado obtido até a presente data. (Informações de técnicos do núcleo do Projeto Sertanejo - Sumé-Pb.).

Ao longo da história da economia nacional, desde o ciclo da pecuária, passando pelos demais ciclos até os dias atuais, jamais foi registrada uma política de desenvolvimento do Nordeste, no bojo do desenvolvimento econômico nacional, capaz de diminuir a distância entre o nível de desenvolvimento do Centro-Sul e desta região.

Através do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - (GTDN), criado no governo do Presidente Juscelino Kubtscheck, foi diagnosticada a situação sócio-econômica do Nordeste e já apontadas sugestões possíveis para solução do problema. A principal política apontada pelo GTDN foi a industrialização, que propiciaria o crescimento do Produto Interno Bruto - (PIB) da região. Paralelamente à proposta de industrialização foram apontadas sugestões para transformação na organização da produção agrícola, que já era considerada um obstáculo ao desenvolvimento regional. Então foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - (SUDENE), nos fins dos anos cinquenta, e tinha como objetivo básico coordenar programas e desenvolver projetos com vista a substituição de importação, redução do nível de desemprego urbano e rural e estímulo à autonomia regional. O instrumento fundamental da política desenvolvida pela SUDENE, com o fim de atrair investimentos privados para vários setores produtivos, foi o sistema de incentivos fiscais e financeiros.

O caráter de dependência, complementaridade e integração verificados no crescimento da economia nordestina se constata, primeiro com a abertura do mercado nordestino para colocação de produtos do Centro-Sul; a criação de indústrias de produção de insumos industriais e de equipamentos técnicos, transformados e utilizados em outras regiões; segundo, o processo de

industrialização nordestina é praticado pelo grande capital pois, das indústrias instaladas no Nordeste até o ano de 1978, cabe destacar a relação de dependência extra-regional pois, apenas 4% dos equipamentos eram provenientes do Nordeste, contra 60% comprados a outras regiões (Sudeste especialmente), e 36% adquiridos no exterior.

A dependência e complementaridade da economia nordestina ao Centro-Sul, verifica-se nos próprios agentes desse processo que deslocaram seus interesses para o Nordeste em busca das vantagens contidas nos incentivos fiscais e financeiros.

As propostas de industrialização autônoma e de desenvolvimento da economia tradicional da região, tão defendidas pelo GTDN e depois pela SEDENE, caem por terra. Pois ao invés de dirigirem os incentivos fiscais e financeiros às indústrias de bases tradicionais (textil, alimento, couro e pele), aplicaram em indústrias não tradicionais (material elétrico, metalúrgico, transporte, mecânica, plásticos, química e farmacéutica).

O que mudou foi o padrão de acumulação comandado pelo grande capital nacional e estrangeiro, capaz de integrar a economia do Nordeste ao interesse do Centro-Sul, através da comercialização, ou seja, pela concorrência inter-regional, num primeiro momento, depois veio a transferência de capital com a expansão de atividades modernas iniciadas no Sudeste.

O desenvolvimento do Nordeste através da industrialização, nos moldes como vêm acontecendo, não torna a região autônoma pelas razões já citadas, além da distorção que marcou o processo de desenvolvimento, do ponto de vista interregional, conforme vimos e que dividiu a própria região.

Uma vez que o processo de industrialização no Nordeste beneficiou apenas a classe dominante da periferia, tornou-se necessário o reexame da questão agrária, para satisfazer o processo evolutivo do próprio capitalismo. Era a busca de solução para os problemas da região, através da agricultura.

A criação dos Programas Especiais para o Nordeste a partir dos anos setenta (70) acentua ainda mais a tendência de centralização-desconcentradora que marca a ação do Estado na região. E novamente a Sudene é chamada e é substituído o IV Plano Diretor pelo Plano de Desenvolvimento Regional, em cujo bojo foram criados os Programas Especiais. O setor agrícola nordestino que até o fim dos anos sessenta (60) era considerado pelas autoridades governamentais como atividade secundária, no contexto mais amplo da economia nacional, passou a imprimir novas técnicas de produção, uso de insumos químicos, máquinas e equipamentos modernos voltados para o mercado de produtos de origem industrial e de produtos agrícolas não alimentícios, cumprindo assim uma de suas funções, de estimular a criação de mercado de produtos, máquinas e equipamentos industriais, além de fornecer matérias-primas para as agroindústrias, propiciando a redução dos custos operacionais e do custo de reprodução da força do trabalho, em benefício da burguesia nacional e dos monopólios estrangeiros.

Portanto, constata-se que a preocupação principal do governo é a integração da região Nordeste ao Centro-Sul e ao processo de modernização em escala mais ampla, cujo setor agrícola ainda esta "atrasado".

Os Programas Especiais criados para o Nordeste visando ao desenvolvimento econômico e social, em particular o Projeto Sertanejo, além de criar novas formas de organização da produção agrícola, também tenta transferir o domínio local da força política exercida pelos latifundiários ("coronéis"), para o Estado. Isso significa a mudança do poder das oligarquias locais ao poder central, através das autarquias, administração pública direta e indireta e empresas estatais.

O estudo do núcleo do Projeto Sertanejo de Sumé, mostra as contradições existentes entre as propostas de desenvolvimento sócio-econômico para o Nordeste a nível de documentos oficiais e o nível de operacionalização prática. Confirma as

hipóteses deste trabalho que repetimos a seguir:

1 - A expansão do campo de inversão para o capital, que durante o momento de crise da economia, se defronta com problemas de valorização;

2 - A ampliação do mercado de produtos industriais que diante do processo de recessão da economia nacional cria condições para acumulação e reprodução em outros setores da economia;

3 - A utilização de tecnologia moderna no meio rural pode provocar modificação na relação de produção, sem, necessariamente, efetuar mudanças significativas na estrutura fundiária.

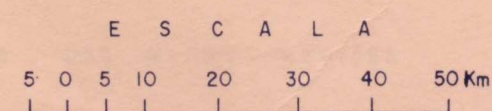
Com base nas análises efetuadas, concluimos que todas as políticas governamentais dirigidas ao Nordeste, quer no setor primário, quer nos secundário e terciário, não modificaram o quadro de pobreza e marginalidade em que se encontrava e se encontra a maioria da população urbana e rural dessa região. As disparidades aumentaram cada vez mais entre o Nordeste e o Centro Sul do país. "A renda per capita do Nordeste que em 1960 representava 42% da renda per capita nacional, atualmente ¹⁹⁸⁴ representa menos de 40%. Apesar do esforço de industrialização do Nordeste, a região perde posição como produtora industrial, respondendo atualmente por menos de 6% do Valor da Transformação Industrial do Brasil. Mais da metade da população ocupada do Nordeste (53,5%) se encontrava, em 1978, num nível de rendimento mensal de um salário mínimo". (Tânia Bacelar de Araújo, Industrialização do Nordeste, p.80-81).

Isto significa que todas as condições sociais do povo nordestino pioraram. A par dessa situação, entendemos que a base do desenvolvimento do Nordeste passa pela questão agrária. Portanto, a proposta do nosso trabalho para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural dessa vasta região, está relacionada a uma política de desenvolvimento nacional, que contemple priorita

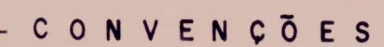
riamente o Nordeste. Tal política deve ser capaz de solucionar os problemas sociais em geral, como: o desemprego urbano e rural, a recessão econômica, a inflação, a política de crédito geral, particularmente a agrícola, uma solução para a questão fundiária, a organização da produção, o armazenamento, a distribuição racional de alimento e, sobretudo, a moralidade e competência no uso dos recursos públicos em benefício das populações menos favorecidas.

Conclui-se que a transfiguração do Nordeste, recai numa decisão política que propicie, na prática, a liberação de todas as condições necessárias ao desenvolvimento social para todos. Ou seja, o processo de democratização não deve ficar adstrito apenas às questões políticas. Só haverá desenvolvimento social se houver uma maior e melhor participação da população na riqueza do país.

A N E X O S



ANEXO - I



L I M I T E I N T E R E S T A D U A L

L I M I T E I N T E R M U N I C I P A L

LIMITE DAS MICRO - REGIÕES

PROJETO SERTANEJO - NÚCLEOS E ÁREAS DE ATUAÇÃO

RESIDÊNCIAS DE ENG^o RURAL — SEDES E ÁREAS DE ATUAÇÃO

AÇUDAGEM PÚBLICA — CAJAZEIRAS E CONCEIÇÃO

ANEXO - II

74

1 - Objetivo Geral

A finalidade desse trabalho é dar início as ações do Projeto Ser^{tan}ejo na área dos municípios abrangidos pelo Núcleo de Sumé, a fim de tornar sua agricultura resistente aos efeitos das secas e explorar recionalmente suas potencialidades, integrando-a no processo de desenvolvimento, concorrendo, assim, à redução ou eliminação dos grandes desequilíbrios regionais.

Desse modo, está orientado diretamente para a organização e a consolidação da pequena e média propriedade agrícola, dando ên^{fa}se ao aproveitamento dos recursos hídricos a nível de unidade de produção (pequena e média açudagem e poços), utilizando o seu aproveitamento econômico em atividades produtivas e para o cumprimento da função social de beneficiar o maior número possível de famílias.

2 - Meta Global

A meta a alcançar para o Núcleo de Sumé é atingir a 10.026 beneficiários do programa, durante o período de 1977/1979, distribui^{dos} pelos estratos seguintes:

E S T R A T O S

BENEFICIÁRIOS

I	3.877
II	5.789
III	273
IV	87

3 - Caracterização da situação do Atual Núcleo de Sumé.

3.1 - Área do Núcleo

A sede de Núcleo de Sumé está situada no município de Sumé na Paraíba e compreende, num raio de 30 Km, os seguintes municípios: Camalaú, Congo, Monteiro, Ouro Velho, Prata, São José dos Cordeiros, Serra Branca, Sumé, Itapetim, São José do Egito e Tuparetama, sendo que os tres últimos estão situados no Estado de Pernambuco.

O Núcleo de Sumé acha-se encravado na Região Fisiográfica da Borborema Central da Paraíba e seus municípios integram-se na Micro-Região dos Cariris Velhos, vide desenho I. O Núcleo terá como estrutura de apoio o Perímetro Irrigado Sumé, no município do mesmo nome, pertencente ao DNOCS.

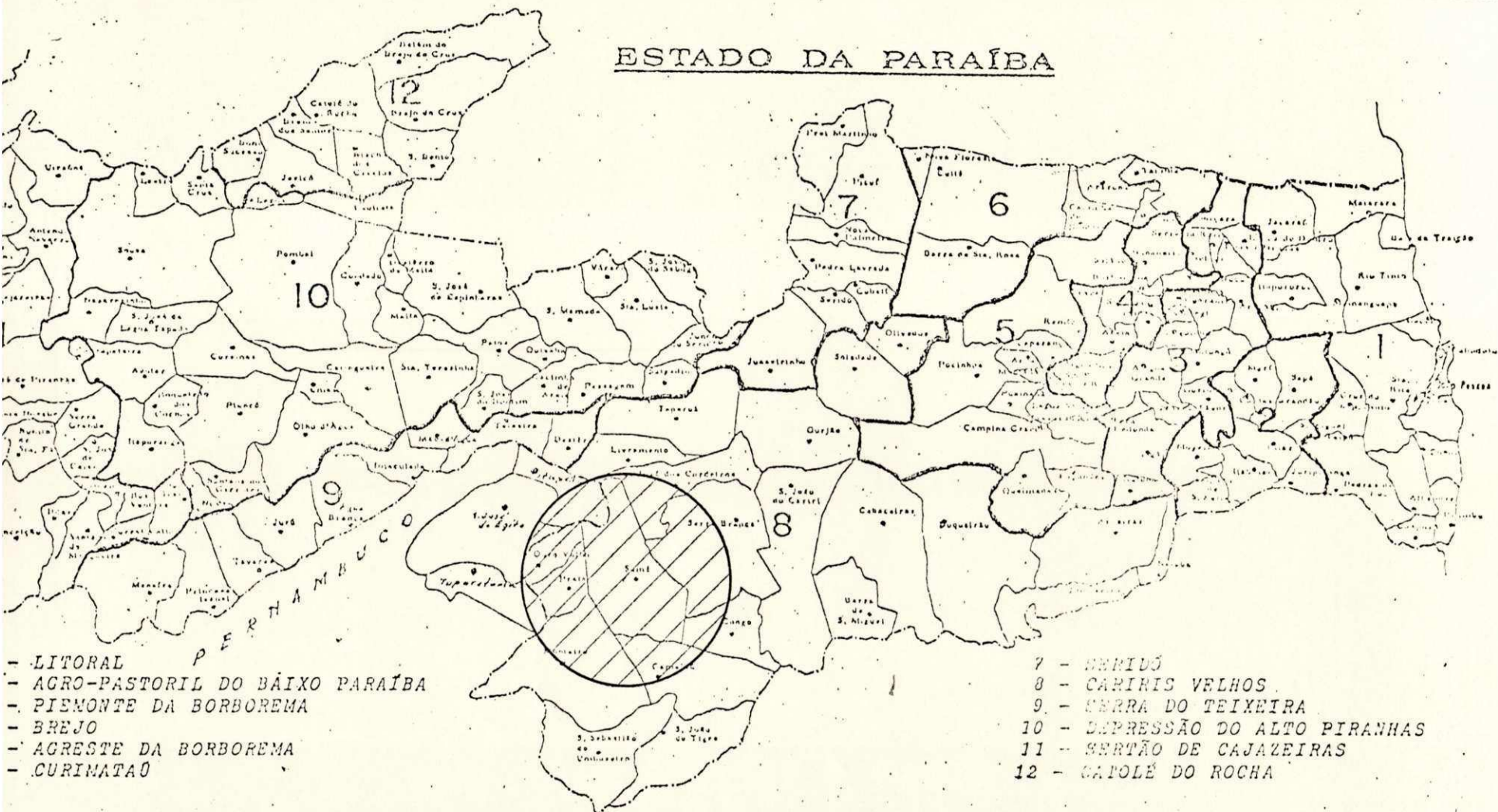
A superfície total dos onze municípios é de 6.349 km^2 , sendo que os oito municípios pertencentes ao Estado da Paraíba compreendem uma área de 4.888 km^2 , que representa 8,7% de sua superfície estadual e os tres municípios pernambucanos têm uma área de 1461 km^2 , que corresponde a 1,5% da superfície do Estado. Deste total de 6.349 km^2 , 2.827 km^2 serão beneficiados com o programa.

Os municípios de Sumé, Ouro Velho e Prata têm sua área total incluída no Núcleo, enquanto os demais municípios têm suas áreas parcialmente inseridas.

Os municípios de Sumé, Serra Branca e Monteiro são as que apresentam maiores superfícies inseridas no núcleo com 30,6% e 11,1% respectivamente. O quadro I, apresenta os municípios abrangidos pelo núcleo, superfície, população, densidade demográfica, etc.

MICRO-REGIÕES HOMOGÊNEAS E LOCALIZAÇÃO DO NÚCLEO
DESENHO Nº I

ESTADO DA PARAÍBA



825

ÁREA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

CÍPIOS	SUPERFÍCIE MUNICIPAL (SM) Km ²	ÁREA INCLUÍDA NO NÚCLEO (AI) Km ²	% AI / SM	POPULAÇÃO (1) (hab)	D E N S I D A D E (hab / Km ²)
	674	225	33,4	5.796	8,6
	354	110	33,3	3.749	10,6
	1.053	314	29,8	29.150	27,7
	177	177	100,0	3.176	17,9
	208	208	100,0	3.909	18,8
s Cordeiros	524	167	31,9	7.118	13,6
ca,	1.034	519	50,2	10.230	9,9
	864	864	100,0	17.940	20,8
(PE)	216	147	68,0	17.171	79,5
Egito (PE)	905	20	2,2	27.178	30,0
a (PE)	340	68	20,0	6.550	19,3
	6.349	2.827	44,5	131.975	20,8
Pernambuco	98.281	-	-	5.852.115	59,5
Paraíba	56.372	-	-	2.675.085	47,5

1: Anuário Estatístico do Brasil - 1 9 7 6.

- População estimada em 1º de julho de 1 9 7 5.

- Os municípios de Itapetim, S. José do Egito e Tuparetama pertencem ao Estado de Pernambuco.

18
3
5
27

3.2 - Aspectos Físicos

3.2.1 - C l i m a

O clima que predomina na região é o tipo Bsh, semi-árido quente, segundo a classificação de Koppen, ver desenho II.

Este tipo climático ocorre em toda a superfície do Planalto da Borborema, desde a Zona do Brejo até o Sertão, compreendendo as Zonas Fisiográficas da Borborema Central, do Seridó, alcançando o trecho do Sertão do Piranhas, que corresponde à Depressão de Patos. O que caracteriza o clima da região é a grande irregularidade de seu regime pluviométrico.

Esta faixa semi-árida entre o leste e o oeste paraibano e o oeste paraibano é a área mais seca de todo o Estado, com precipitação pluviométrica média anual muito baixa e uma estação seca muito prolongada.

3.2.2 - Pluviometria

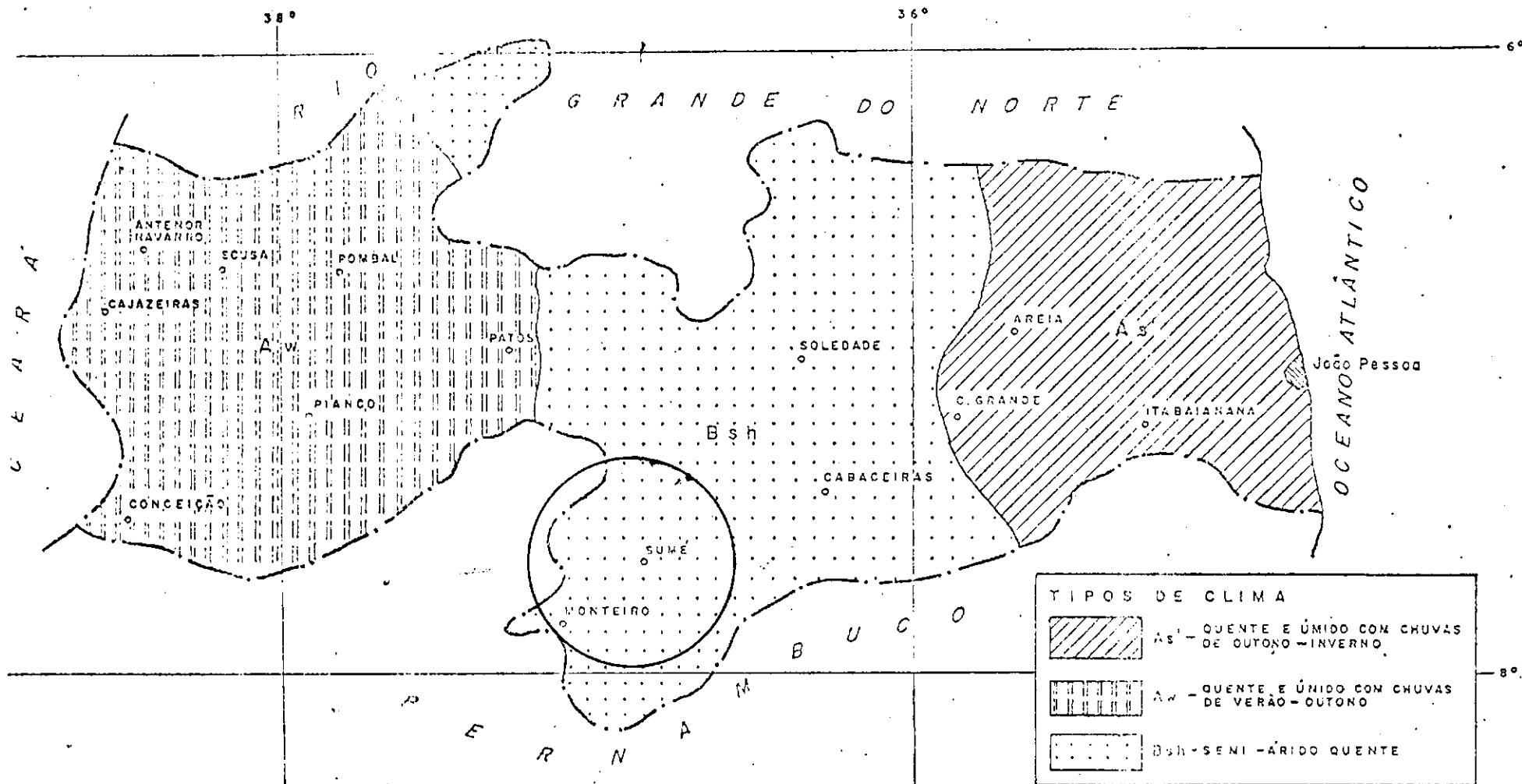
As precipitações pluviométricas médias anuais situam-se em torno de 439 mm, sendo que a estação chuvosa ocorre no período de janeiro a junho, durante a qual concorre com cerca de 88% das precipitações. Os meses de março e abril são os mais chuvosos com 115 e 95 mm respectivamente.

A estação seca inicia-se em julho e prolonga-se até dezembro, sendo que as menores precipitações ocorrem de agosto e setembro (5,5 mm e 4,0 mm respectivamente).

3.2.3 - Temperatura

A temperatura média mensal é de 26° C, sendo a média das máximas 33° C e a média das mínimas 19° C. Os meses de junho

TIPOS DE CLIMA DA PARAÍBA (SEGUNDO KÖPPEN)



15/5

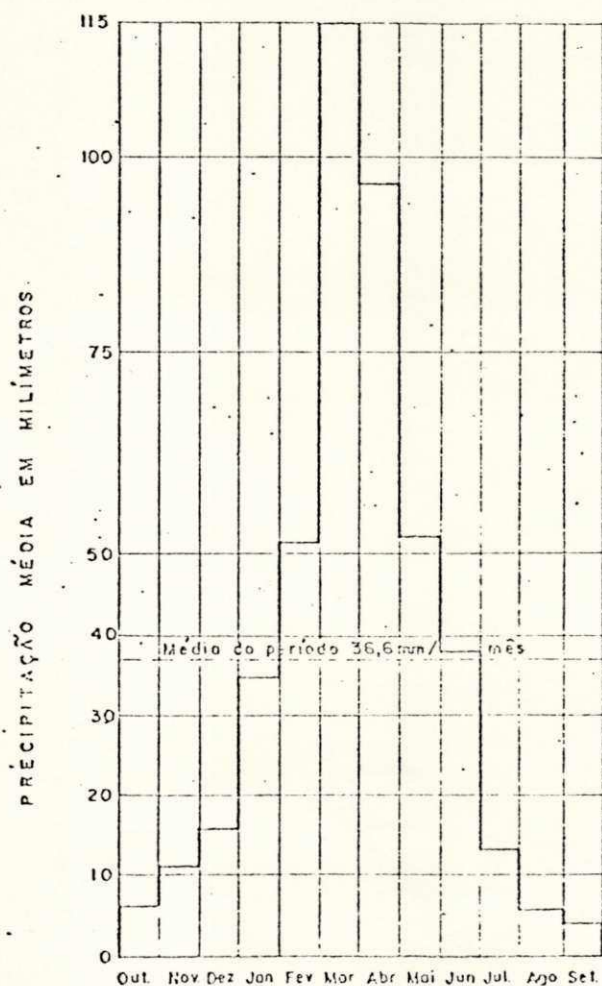
DESENHO II A

15
26
5

NÚCLEO DE SUMÉ

DISTRIBUICAO ANUAL DAS CHUVAS MÉDIAS MENCIAIS NA
BACIA HIDROGRÁFICA DO AÇUDE PÚBLICO "SUMÉ"

PERÍODO DE OBSERVAÇÃO: 31 anos



e julho são os meses mais frios.

3.2.4 - Umidade Relativa e Evaporação

A Umidade relativa do ar média anual é de 79,5%, sendo os meses de maio, junho e julho os que apresentam maiores elevações.

A evaporação média anual da região é da ordem de 2.402,5 mm (tanque tipo A), verificando-se maiores evaporações nos meses de novembro e dezembro com 274,8 mm e 265,6 mm respectivamente.

3.3 - Cobertura Vegetal

A região é bem definida na vegetação típica que a cobre como caatinga hiperxerófila. É uma caatinga que apresenta um grau mais acentuado de xerofitismo do que a caatinga hiperxerófila do Sertão Paraibano.

Nestas áreas a caatinga apresenta-se com predomínio de porte arbustivo, com densidade variável e na maioria das vezes, com substrato rico em cactáceas e bromeliáceas.

Esta caatinga estende-se pelas Zonas Fisiográficas da Paraíba como a Borborema Central, Borborema Oriental, Seridó e parte do Sertão do Piranhas.

As espécies mais encontradas nesta caatinga e que mais caracterizam a região são: pereiro - Aspidosperma Pyriforme Mart; catingueira Caesalpinia Pyramidalis; pinhão - Jatropha pohliana, Muell; faveleiro - Cnidoscolus Pyllicanthus, Hoffm;

imburana - Burcera leptophloes Engl; xique-xique - Pilocereus-gounellei Weber; macambira - Bromelia laciniosa Mart; quixabeira - Bumelia sertorum Mart.

3.4 - R e l e v o

O relevo da região da área compreendida pelo Núcleo é constituído por uma superfície muito trabalhada pela erosão, de forma predominantemente suave ondulada com vale em V aberto ou de fundo chato. O relevo suavemente ondulado é limitado ao sul pelas serras do Capitão Mor e das Trincheiras, ao oeste pelas serras do Mulungu e dos Cariris Velhos, que servem de limite entre os estados da Paraíba e Pernambuco, sendo que nas direções Norte e Leste não são encontrados limites contínuos, ocorrendo algumas interrupções constituídas por elevações rochosas, testemunhos de erosão, em relevo ondulado ou forte ondulado.

3.5 - Hidrografia

Os cursos d'água existentes na região são todos de regime intermitente e são integrante do Sistema do Rio Paraíba. O rio paraíba recebe a drenagem de toda a porção sul do Planalto da Borborema, seguindo aproximadamente a direção leste, banhando na área do núcleo os municípios de Monteiro, Camalaú e Congo.

Os principais componentes de sua bacia, na área, todos afluentes pela sua margem esquerda, são os rios Sucuru (banha Sumé, Prata e Ouro Velho), do Meio (banha Monteiro) e Taperoá (banha São José dos Cordeiros).

Os principais açudes existentes na área do núcleo são: Sumé com uma capacidade de acumulação de 44.860.000 m³; Congo com 6.670.000 m³; Serra Branca com 2.120.000 m³; estes localizados nos municípios de mesmo nome e pertencente ao DNOCS.

Açude Lagoa de Cima com uma capacidade de acumulação de 7.600.000 m³ e Açude Serrote de 6.500.000 m³, localizados nos municípios de Serra Branca e Monteiro respectivamente. O número de poços perfurados nos municípios do núcleo de Sumé é de 212, conforme quadro a seguir (1-A).

3.6 - P e d o l o g i a

3.6.1 - Classes de Solos - Uso Atual

a) Brumo não Cálcico

São solos rasos, de textura média ou argilosa, férteis, bem drenados. Estão em processo de erosão laminar de modelado e forte.

Ocorrem em áreas de relevo suave ondulado, com elevações de topo aplainado, encostas de centenas de metros, declives pequenos.

Com boa aptidão para pastagem, esses solos são cultivados com algodão, milho, feijão e palma forrageira em pequena escala.

b) Solos Litólicos

São solos muito ferosos, de textura arenosa ou média, bem drenados, com erosão mais intensa nas áreas de maior declividade. Ocorrem nas mais variadas formas de relevo, desde o suave ondulado ao montanhoso.

São parcialmente utilizados com cultura de algodão arbóreo (mocó), porém com rendimentos muito baixos consequentes da

RELAÇÃO DOS POÇOS PERFURADOS NO NÚCLEO DE SUMÉ

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE POÇOS	PROFUNDIDADE MÉDIA (m)	VAZÃO MÉDIA (l / h)
é	30	32,5	3.399
teiro	36	49,8	2.642
alaú	6	36,0	2.150 X
go	3	36,7	6.912
o Velho	9	36,5	2.865
ta	14	34,2	3.844
José dos Cordeiros	8	41,4	3.429
ra Branca	19	27,8	5.331
petim (Pe)	13	-	3.840
oretama (Pe)	15	-	2.821
José do Egito (Pe)	59	-	2.424
TOTAL:	212	-	-

ENTE : CIDAGRO - PB e CISAGRO - PE

5/70
5/80

sua pouca profundidade e da deficiência d'água. O restante de sua área é usado como pastagem, muito precariamente.

Estes solos não apresentam as mínimas condições para um aproveitamento agrícola racional. Devem ser usados para conservação da fauna e da flora.

c) Regosol Eutrófico

São solos moderadamente profundos ou profundos, de textura arenosa, muito susceptíveis a erosão e têm fertilidade natural regular.

São cultivados (80% da área de ocorrência) principalmente com milho, feijão, agave e mandioca.

A principal limitação ao seu uso agrícola é a falta d'água. Na área do núcleo são os que oferecem as melhores condições para a mecanização.

d) Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico
Textura média cascalhenta.

São solos de boa profundidade, férteis, bem drenados e muito susceptíveis a erosão.

Têm relevo ondulado com elevações de topo arredondado, encostas de dezenas de metros de comprimento.

Cêrca de 40% da área, coberta por eles, é cultivada com milho, feijão e algodão mocó. A principal limitação ao uso agrícola desses solos é a falta d'água.

As condições de relevo dificultam a sua mecanização.

e) Solos aluviais Eutróficos

Em que pese a sua pequena ocorrência, são os solos de maior potencial agrícola da região, devido a sua localização nas baixa-

das (várzeas) sendo portanto, menores os efeitos da falta d'água sobre eles.

Em geral são profundos, férteis, não sofrem os efeitos de erosão porém correm riscos de inundações esporádicas. Encontram-se associados a solos salgados.

São mais utilizados com cultivos de subsistência (milho e feijão) e também com algodão arbóreo (mocó), capim elefante e algumas fruteiras.

3.6.2 - Capacidade de Uso Agrícola dos Solos

A interpretação para utilização dos solos do Estado da Paraíba, baseada no levantamento exploratório - Reconhecimento dos Solos - constitui a melhor forma de pesquisa sobre a potencialidade agrícola da região. A seguir faz-se considerações especiais sobre a aptidão agrícola das terras compreendidas pela Núcleo de Sumé.

Em princípio foram enfocados dois sistemas de manejo dos solos:

- a) Sistema de Manejo Primitivo
- b) Sistema de Manejo Desenvolvido (sem irrigação)

O Sistema de Manejo Primitivo consiste de práticas agrícolas baseadas nos métodos tradicionais, que refletem em baixo nível de conhecimento técnicos. Não há emprego de capital para manutenção e melhoramento das condições agrícolas do solo e das lavouras. Os cultivos dependem principalmente do trabalho braçal. Alguma tração animal pode ser usada, com implementos pequenos.

Com base neste sistema de manejo, as terras do Estado da Paraíba foram divididas em quatro classes básicas (I, II, III, IV'), das quais duas representam a aptidão agrícola dos solos do Núcleo de Sumé a saber:

CLASSE III - Aptidão restrita - As condições agrícolas dos solos apresentam limitações fortes para um grande número de culturas climaticamente adaptáveis. Pode-se prever algumas produções nos primeiros anos, mas estas decaem rapidamente para rendimentos baixos, dentro de um período de 10 anos.

Enquadra-se neste classe de solos 40% da área do Núcleo de Sumé, onde os riscos de danos ou de fracasso das culturas, por irregularidade na distribuição das chuvas, têm probabilidade de ocorrência de uma vez num período de 1 a 5 anos.

CLASSE IV - Inapta - As condições de solo apresentam limitações muito fortes para um grande número de culturas climaticamente adaptadas. Pode-se prever produções baixas ou muito baixas já no primeiro ano de uso. As culturas não desenvolvem ou não é viável o seu cultivo. É possível que umas poucas culturas adaptadas possam ser implantadas.

Enquadram-se nesta classe de solos 60% da área do Núcleo de Sumé. Seus solos apresentam fortes riscos de danos ou fracasso de culturas, por irregularidade na distribuição das precipitações pluviométricas, com probabilidade de ocorrência de uma vez ou mais cada ano.

O Sistema de Manejo Desenvolvido (sem irrigação) consiste no uso de capital e de conhecimentos técnicos especializados de alto nível. As práticas de manejo são conduzidas com o auxílio de maquinaria de tração motorizada, incluindo a utilização de resultados de pesquisa e experimentação agrícolas. Estas práticas incluem, para a região semi-árida, medidas de controle a erosão combinadas ao melhoramento das condições de deficiência d'água manutenção ou melhoramento das condições de fertilidade natural com aplicação de adubos e corretivos, remoção da pedregosidade superficial para facilitar ou permitir o uso de implementos agrícolas.

Com o emprêgo deste sistema de manejo, a aptidão dos solos do Estado da Paraíba foi definida por meio de quatro classes (I, II, III e IV), das quais duas representam a área compreendida pelo Núcleo de Sumé a saber:

CLASSE III - Aptidão restrita - as condições de solo impedem o uso com culturas de ciclo curto. Podem ser implantadas culturas de ciclo longo, climaticamente adaptadas, que sofrerão fortes restrições para uma produção uniforme. A produção prevista é reduzida e a escolha de culturas é limitada, por um ou mais impedimentos que não podem ser removidos.

Enquadram-se nesta classe 35% dos solos compreendidos pelo Núcleo de Sumé, onde rendimentos baixos ou fracasso de culturas consequentes de irregularidade das chuvas, têm probabilidade de ocorrência de uma vez num período de 1 a 5 anos.

CLASSE IV - Inapta - as condições de solo apresentam limitações muito fortes para uma grande variedade de culturas climaticamente adaptadas. A produção, economicamente, não é viável, devido a um ou mais impedimentos que não podem ser removidos.

É possível que umas poucas culturas possam ser implantadas, sob práticas de manejo incomuns.

Enquadram-se nesta classe 65% dos solos da área compreendida pelo Núcleo de Sumé.

3.6.3 - C o n c l u s õ e s

O levantamento, em que se baseiam estas considerações, oferece uma boa margem de segurança para os solos não aluviais (tabuleiros) porém é muito indefinido no que tange aos solos aluviais (várzeas) que são os de maior potencialidade agrícola, embora a área coberta por eles seja, relativamente, pequena.

Evidentemente, a existência deste estudo não elimina a ne

cessidade de estudos mais detalhados, que venham esclarecer a maneira mais econômica da utilização da terra ao nível das fazendas, principalmente, tendo em vista a viabilidade de irrigação.

Finalmente, o emprêgo do Sistema de Manejo Primitivo condiciona o seguinte esquema de uso racional das terras:

- a) Diversificação de culturas apenas nas áreas planas
- b) Utilização das áreas de relevo suave ondulado com pastagem
- c) Refloramento ou conservação da vegetação natural no restante da área.

Utilizando-se o Sistema de Manejo Desenvolvido, a diversificação de culturas poderá ser praticada nas áreas de relevo plano e suave ondulado, reservando-se as demais para reflorestamento ou conservação da vegetação natural.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A Questão Nordeste. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984.
- BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos - Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro. Vozes. 1984.
- ENGELS, Friederich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Stuttgart. 1894.
- FREIRE, Paulo. Multinacionais e Trabalhadores do Brasil. Rio de Janeiro. Brasiliense. 1980.
- FURTADO, Celso. Coojornal. nº67. setembro. 1981.
- GUIMARÃES, Neto Leonardo. Notas sobre o Documento "Elementos para uma Política Social. Recife. 1981. (mimeo).
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Agricultura e Complexo Agroindustrial. Revista Opinião. novembro. 1975.
- MARX, Karl. O Capital. Tomo I. 1973.
- MARANHÃO, Silvio. A Questão Nordeste. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984.
- MINTER.SUDENE.BNB. Relatório Preliminar da Pesquisa sobre a Indústria Incentivada pelo Sistema 34.18-FINOR. Recife-Pe. 1980.
- MINTER.SUDENE.Projeto Sertanejo. Objetivos e Concepções do Programa. Recife - Pe. 1977.
- MINTER.SUDENE.Projeto Sertanejo. Recife. 1977.
- _____ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-árida do Nordeste - Projeto Sertanejo. Re

_____.Carecterísticas, trabalho, etapa de implanta
ção.

_____.Programa Anual de Trabalho. 1977-1980.

_____.Relatório, Quadro Demonstrativo do Projeto
de Desenvolvimento e Planos de Custeio.

_____.Programa de Trabalho, etapa de Implantação.

_____.Departamento Nacional de Obras Contra as Se-
cas - (DNOCS). Programa de Implantação do Núcleo do Projeto
Sertanejo de Sumé - Paraíba. 1977.

_____.Manual de Procedimento. Recife. 1978.

_____.Relatório da Situação do Núcleo de Projeto
Sertanejo de Sumé - Paraíba. junho/julho - 1985.

Projeto Sertanejo. Diário de Pernambuco. Recife. julho 1976.

Projeto Nordeste. Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produ
tor Rural.

Projeto Sertanejo. Subprograma de Implantação e Operação do
Núcleo de Sumé - Paraíba. setembro - 1977.